

A grande Construção: Trabalhar e morar na Cidade do Salvador no Século XVI ¹

Patrícia Verônica Pereira dos Santos ²
Universidade Federal da Bahia

*Quem construiu Tebas de sete portas?
Constam nos livros os nomes dos reis;
Terão os reis arrastado os blocos de pedra?
E Babilônia, tantas vezes arrasada – quem, tantas
vezes, a reconstruiu?
Em que edifícios da dourada Lima os construtores
moravam?
Para onde iam, à noite os pedreiros, depois de
pronta a Muralha da China?
A grande Roma é cheia de arcos de triunfo. Quem
os ergueu?
Sobre quem triunfaram os Césares?*

Bertolt BRECHT, *Perguntas de Trabalhador que Lê*

A cidade do Salvador, sede do Governo-Geral Português na América, solidificou-se como centro administrativo e eclesiástico no segundo quartel do século XVI. Símbolo de prosperidade econômica no decorrer do século XVI, o enriquecimento dos seus moradores refletia-se na qualidade das construções e na ampliação do seu sítio original. Essa pujança e riqueza advinham dos lucros obtidos com o plantio da cana, da produção do açúcar e da posição privilegiada do porto, transformado-a no principal entreposto comercial entre Portugal e suas colônias do Oriente e em grande centro difusor de mercadorias.

A solidificação da exploração agro-mercantil açucareira também foi fundamental para a fixação dos colonos às novas terras e para a fundação de novos povoados e vilas, determinando a superação da exploração predatória e o surgimento do sistema de produção de artigos voltados para o circuito comercial mundial. Era, entretanto, um sistema de produção que apresentava uma grande fragilidade: a dependência de mão-de-obra escrava.

Entre 1534 e 1564, a mão-de-obra em Salvador era obtida na quase totalidade, através do aprisionamento de indígenas do litoral, as constantes revoltas e fugas representavam certa instabilidade quanto ao suprimento de trabalhadores. Este quadro agravou-se a partir da chegada dos missionários jesuítas, responsáveis pela criação de aldeamentos por eles administrados, pela política dualista projetada no Regimento de Tomé de Sousa, pelas sucessivas leis restritivas à escravização indiscriminada de indígenas e, finalmente, pelas grandes epidemias de sarampo e varíola de 1560 e 1563, responsáveis pela morte de 2/3 de toda a população tupi aldeada do litoral da colônia.

Como conseqüência da grande e crescente atividade comercial no porto de Salvador que recebia grande número de naus carregadas de mercadorias e uma gama variada de pessoas de origem étnica e atividades funcionais diversificadas. Registra-se a presença africanos, portugueses, espanhóis etc, esses homens exerciam funções de mareantes ³, soldados ⁴,

¹ Este texto faz parte da Dissertação "Trabalhar, Defender e Viver em Salvador no Século XVI".

² Museóloga e Mestre em História Social – Universidade Federal da Bahia.

³ Eram chamados de gente do mar

artesãos, cirurgiões, barbeiros, sangradores, militares e religiosos. Esses visitantes permaneciam na cidade por períodos distintos de acordo com as necessidades e possibilidades de darem continuidade às viagens. Era essa população oscilante que convivia com os moradores de Salvador e suas adjacências.

Assim, pode-se afirmar que na nascente Salvador do século XVI, trabalhadores de três continentes atuavam com matizes culturais distintas e diferentes graus e formas de inserção e participação no empreendimento colonial. Esses vários agentes sócio-econômicos, diferenciados de acordo com sua categoria funcional, prestígio atribuído a suas origens étnicas, importância dada a suas atividades e à condição de homens livres e escravos, recebiam ou não variadas formas de remuneração pelo seu trabalho.

É comum associarmos remuneração ao pagamento em espécie, particularmente nas situações de crescente enriquecimento. Porém, esta não era a realidade vivenciada pelos trabalhadores da chamada “Lisboa da América”. Uma das razões para que fossem adotadas formas alternativas de pagamento era a restrição da circulação de moedas para pagamento dos soldados, serviços contratados e fornecimento de mercadorias no Império Português durante o século XVI.

O reduzido número de moedas em circulação é compreensível nos primeiros anos de implantação do Governo-geral, porém não parece se coadunar na medida em que o porto de Salvador passou a se constituir em uma escala essencial para a grande circulação de embarcações na rota entre o Oriente e Ocidente pelo Atlântico, conhecida como Carreira da Índia⁵.

Os Moradores da cidade do Salvador no Século XVI

Quem vivia em Salvador e seu entorno no Século XVI? Quem a construiu e a fez florescer? Fazer um mapeamento dos moradores e dos trabalhadores da cidade no século XVI não é uma tarefa fácil, principalmente por ter sido esta uma população flutuante e por serem os dados precários e as fontes conflitantes. Confirmando esta dificuldade, Thales de Azevedo informa que “os cálculos das populações coloniais não passaram de vagas estimativas até os fins do séc. XVII. Somente no séc. XVIII é que começa o censo demográfico no Brasil”⁶.

A composição dos moradores tornava-se cada vez mais diversificada quanto às atividades que exerciam. Além de agentes governamentais de várias categorias, há registro da presença de religiosos, proprietários de terras, senhores de engenho, plantadores de cana, marinheiros⁷, grumetes⁸, pilotos, cosmógrafos, remadores, mercadores, mestres de obras, “engenheiros militares, a serviço dos governadores para dirigir as obras de implantação de cidades, assim como obras de fortificações”⁹. Alguns eram degredados, outros desertores ou náufragos de embarcações deixados a força para cumprir penas, ou que ficavam por vontade própria, e, ainda, aqueles que voluntariamente se deslocaram da metrópole para tentar a vida na América Portuguesa.

Os dados obtidos nos Registros dos Mandados e Provisões de Pagamentos Reais, publicados nos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, as cartas dos jesuítas e dos governadores permitem afirmar a existência de europeus de várias nacionalidades em Salvador, tais como portugueses, flamengos e espanhóis.

As fontes secundárias entram em contradição ao calcularem o número de habitantes. Frei Vicente do Salvador afirma que acompanharam o governador, “alguns homens casados e mil de peleja, em que entravam quatrocentos degredados”¹⁰. Para Gabriel Soares de Sousa teriam

⁴ Eram chamados de gente das armas

⁵ A Carreira da Índia, era a rota que os navios portugueses – particulares ou oficiais – faziam entre determinado período. Eram navegações comerciais entre Portugal e o Oriente e que tiveram no Porto da cidade do Salvador um dos principais elos entre Lisboa, o sul da África e a Ásia durante os séculos XVI e XVII.

⁶ Thales de AZEVEDO, *O Povoamento da Cidade do Salvador*, Salvador, Editora Itapoã, Coleção Baiana, 1969, p. 181.

⁷ Faziam todo tipo de serviço: manobrar embarcações, içar e recolher velas e carregar a embarcação com mantimentos e provisões.

⁸ Eram aprendizes de marinheiro encarregados de realizar pequenos serviços a bordo e com idade variando entre dez e vinte e sete anos.

⁹ Margarida VALLA e Manuel C. TEIXEIRA, *O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII*, Livros Horizontes, 1999, p. 133

¹⁰ Vicente [Frei] SALVADOR, *História do Brasil - 1500-1627*, Edição revista por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Wileke, Belo Horizonte, Itatiaia, 1982, p.160.

embarcado em 1549, “uns seiscentos soldados e outros criados del-rei, que iam providos de cargos”¹¹ Ignácio Accioli, em contrapartida, registrou que vieram com Tomé de Souza “trezentas pessoas de serviço quatrocentos degredados e perto de trezentos colonos e alguns missionários, engenheiros, oficiais e soldados de tropa regular”¹².

Theodoro Sampaio informa que havia duzentos e oitenta colonos, trezentos e vinte soldados de várias nacionalidades, quatrocentos degredados, além de funcionários e marinheiros¹³. No entanto, Edson Carneiro¹⁴, analisando o tamanho da frota do primeiro governador e os pagamentos que foram realizados, calculou que o número de pessoas não passou de quinhentas, incluindo os duzentos que recebiam soldos e os cem degredados.

Outra questão a ser considerada nessas informações é que elas se restringem aos europeus vindos com o governador, ignorando os que viviam anteriormente e o contingente indígena¹⁵ que ocupava a região. São, portanto, dados que refletem uma perspectiva eurocêntrica e voltada para estabelecer um marco inaugural do processo efetivo de colonização.

Desconhecendo-se com exatidão o número de pessoas que acompanharam o governador, o dos europeus que viviam antes de 1549 e dos indígenas, os dados relativos aos anos anteriores também se mostram comprometidos pelas mesmas razões. Assim, tem-se o registro de que, em 1550, foi enviada uma armada com gente, provisão, animais e mantimentos, alguns sacerdotes da Companhia de Jesus e outros clérigos. Em 1551, vieram com o Capitão-mor Antônio de Oliveira do Carvalhal, Alcaide-mor de Vila Velha, alguns casais, pessoas forçadas, degredados, escravos de Guiné e animais.

Accioli registra que “logo no anno seguinte de 1552 no principio chegou à Bahia o seu primeiro Bispo D. Pedro Fernandes Sardinha com conegos, Dignidades e todos os mais officiaes Ecclesiasticos, apparatus de ouro, prata e ornamentos para as funcções da Igreja e culto Divino”¹⁶.

Também não há informações quanto ao número de escravos de origem africana que viviam em Salvador no século XVI. Entretanto, há referências a sua presença já no momento de fundação da cidade, atuando e recebendo pagamento por suas atividades. Da mesma forma há indicativos de que a miscigenação racial era uma realidade, como se pode observar na afirmativa do Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros ao se referir a “Vicente Affonso e João Fernandes definidos como pardos¹⁷, e Manoel Pereira mulato”¹⁸. Darcy Ribeiro se refere à presença de “mamelucos e brasilíndios, gerados pela mestiçagem de europeus com índios, logo se desdobrou pela presença precoce e cada vez mais maciça de escravos africanos”¹⁹.

Essas pessoas exerciam atividades distintas de acordo com suas qualificações profissionais e, também, com suas origens sociais e étnicas, realidade expressa no gráfico abaixo.

¹¹ Gabriel Soares SOUSA, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971, p. 128.

¹² I. ACCIOLI e B. AMARAL, *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*, Salvador, Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1919, vol. I, p. 246.

¹³ Theodoro SAMPAIO, *História Sobre a Fundação da cidade do Salvador*, Tipografia Beneditina, Bahia, 1949, pp. 81-178.

¹⁴ Edson CARNEIRO, *A Cidade do Salvador 1549: Uma Reconstituição Histórica; A conquista da Amazônia*, 2ª ed., Civilização Brasileira, Rio de Janeiro/Brasília, 1984, pp. 20-108.

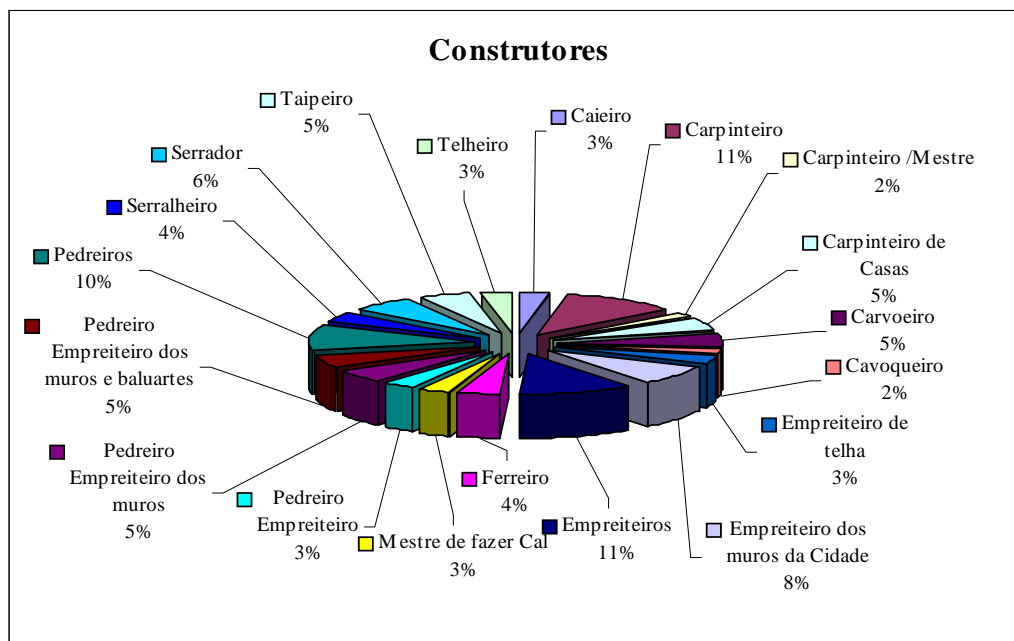
¹⁵ Os cálculos de especialistas em demografia indígena informam que uma aldeia tupi é, normalmente, habitada por quinhentas ou oitocentas pessoas.

¹⁶ I. ACCIOLI e B. AMARAL, *Memórias Históricas...* cit., vol. I, p. 295.

¹⁷ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Mandados, Alvarás, Provisões e Sesmarias, Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., doc. n.º 412, vol. XXXVII, pp.151/152.

¹⁸ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., doc. n.º 36, vol. XXXVII, pp. 16/17.

¹⁹ Darcy RIBEIRO, *O povo Brasileiro: evolução e sentido do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 96.



Fonte: Documentos Históricos. Ministério da Educação e Saúde. Bibliotheca Nacional. Registro de Provisões e Mandados Reais, Volumes: XXXV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII, Rio de Janeiro, 1937.

Os portugueses ²⁰ eram construtores, oficiais mecânicos ligados a construção naval, comerciantes, lavradores, mestres de obras, “pedreiros e carpintas, como outros que poderão servir de fazer cal, telha, tijolo para começar a dita fortaleza” ²¹, dentre os quais destaca-se a presença de numerosos artífices, religiosos administradores e militares todos envolvidos no grande projeto de solidificar a conquista portuguesa na América.

Os moradores de Salvador quer fossem europeus, quer fosse escravo de origem africana ou indígena exerciam várias atividades: na agricultura, no âmbito doméstico, na construção da fortaleza, do sistema defensivo da cidade e dos engenhos, nas funções militares.

A mão-de-obra indígena

Vários fatores explicam a opção pela escravização dos indígenas como forma de viabilizar o projeto colonial na América. Inicialmente há que se considerar a baixa densidade demográfica em Portugal no início do século XVI, à qual se associou a grande dimensão e dispersão espacial das colônias ultramarinas. Essa realidade exigia o estabelecimento de relações distintas com os habitantes das diversas colônias a depender do grau de desenvolvimento das forças produtivas e do modelo de exploração a ser implementado. No caso do Oriente, a opção foi, predominantemente, a de estabelecer relações comerciais com os produtores e autoridades locais. No caso da América, o modelo adotado variou no tempo: antes da implantação do sistema de Capitânias Hereditárias despontar como uma opção possível para superar as dificuldades enfrentadas no Oriente, relações comerciais de troca, conhecidas como escambo, foram estabelecidas.

Quando as autoridades metropolitanas deliberaram por ocupar de forma mais efetiva a nova colônia e por produzir riquezas ao invés de explorar as já existentes, a necessidade de investimentos e de grande quantidade de mão-de-obra exigia soluções mais efetivas. Diante das limitações financeiras vividas pela Coroa Portuguesa a solução foi a associação do Estado com os homens ricos da metrópole e a busca de financiadores em vários pontos da Europa. Para atrair

²⁰ Os colonos, atraídos pela possibilidade de virem a receber uma sesmaria, embarcavam para a colônia e, buscavam condições para criarem gado, plantarem açúcar ou produtos agrícolas para consumo local ou se transformarem em senhores de engenho. As informações relativas ao período não se referem à vinda de mulheres solteiras ou acompanhando seus maridos.

²¹ Regimento de Thomé de Sousa. In I. ACCIOLI e B. AMARAL, *Memórias Históricas...* cit., vol. I, p. 265.

esses parceiros e tornar lucrativo o empreendimento colonial, foi decidida a implantação da produção e comercialização de açúcar. Para tanto, também era preciso garantir o suprimento de mão-de-obra, sendo que a opção pelos indígenas, moradores e conhecedores das terras americanas, surgia como a opção natural. Considerou-se naquela ocasião que o único investimento necessário seria o de adequá-los às exigências desse sistema produtivo, pois não consideravam a possibilidade do estabelecimento de conflitos, de reações e de resistências por parte dos indígenas aos mecanismos de dominação que lhes foram sendo impostos.

O primeiro grupo indígena a ser atingido pelas novas relações sociais foram os vários subgrupos Tupi, habitantes do litoral. Alguns desses grupos, como é o caso dos tupinambás da Baía de Todos os Santos, participavam ativamente do comércio de pau-brasil, com portugueses e franceses, antes de 1532, sendo o controle dessa atividade e do seu lucro uma das razões da morte do donatário Pereira Coutinho. A escravização em torno da Baía de Todos os Santos cresceu na medida em que eram ampliadas as plantações de cana-de-açúcar e a construção de engenhos, o que aconteceu de forma mais efetiva e constante a partir de 1549 com a implantação do governo-geral em Salvador.

Há que se ressaltar, porém, que as relações de trabalho estabelecidas entre colonos e os indígenas não eram unicamente as de escravidão. Aliás, o Regimento de Tomé de Sousa expressava não só a necessidade como a importância de serem firmadas relações de aliança com grupos que se propusessem estabelecer aliança com os colonos. Previa-se a remuneração pelos serviços prestados, como pode ser comprovado na Provisão de 12 de maio 1549, passada pelo Provedor para o Tesoureiro Gonçalo Ferreira ordenando o pagamento da madeira fornecida pelos tupinambás para a construção da cerca de paliçada da cidade:

vinte, e duas foices, seis machados, cinco duzias, e dez peças de espelhos, treze duzias, e quatro peças de pentes, quarenta, e duas facas de forma, e duas peças de dez em tara, e uma tara das da Alemanha de doze em tara, vinte e seis duzias e duas peças de tesouras, nove mil duzentos, e dez anzoos, e quatro enxadas, que tudo dispendeu na compra da madeira, que se gastou na Cerca da Cidade, de que se não fez receita por se logo dispendeu na da madeira, que se gastou na cerca da Cidade²².

A importância da atuação dos indígenas foi fundamental para a construção da cidade e suas fortalezas, cabendo destacar que, naquele momento, os índios representavam o maior contingente populacional na colônia, como afirma Florestan Fernandes²³ “somavam-se, talvez, um milhão de índios, divididos em dezenas de grupos tribais, cada um deles compreendendo um conglomerado de várias aldeias de trezentos a dois mil habitantes.” Esses povos, além de fornecerem matéria-prima, como a madeira, contribuíram na decisão do local em que a fortaleza seria construída, no transporte de materiais para a área de construção, no fornecimento de alimentos e no partilhamento de conhecimentos sobre a terra e suas riquezas. Tal relevância é reconhecida por Frei Vicente do Salvador²⁴ que afirmou em sua obra: “Todo o ano de 1549 foi de labuta intensa, tendo as obras andamento satisfatório, em parte, em razão com os índios, que ajudando sem exceção.”

Assim, na segunda metade do século XVI, havia os índios escravos e os livres que, em princípio, recebiam remuneração pelos serviços prestados e exerciam múltiplas atividades além das já referidas, destacando-se a de compor a força militar auxiliar de defesa em caso de ataques de tribos hostis e de intrusos de outras nacionalidades européias. Um dos exemplos do uso militar dos indígenas por um governador é a Guerra do Rio Paraguaçu para a qual Mem de Sá formou um exército com “trezentos branquos e dous mil índios”²⁵.

Parte significativa dos escravos indígenas exercia tarefas nos canaviais e nos engenhos e eram considerados como trabalhadores ideais para o serviço pesado e atividades ligadas à grande lavoura, como a derrubada da mata, preparação do solo, plantio e colheita. O plantio e a colheita contrariavam o sistema de divisão de trabalho dessas sociedades, constituindo-se numa das grandes fontes de insatisfação e de conflitos entre índios e colonos. Uma propriedade

²² Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. *Documentos Históricos da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Ministério da Educação e Saúde. Registro de Mandados e Provisões Reaes, Rio de Janeiro, 1937, doc.1. vol. XXXVII, p. 1.

²³ Florestan Fernandes, in Darcy RIBEIRO, *O povo Brasileiro...* cit., p. 31.

²⁴ Vicente [Frei] SALVADOR, *História do Brasil...* cit., p. 144

²⁵ Cartas do governador Mem de Sá, in *Anais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXVII, p. 133.

particular que usou escravos indígenas foi o Engenho de Sergipe de El-rei de propriedade do governador Mem de Sá, onde havia duzentos e cinquenta e nove escravos índios na sua quase totalidade. Alguns trabalhavam como moedores de bagaço, escumeiros, ajudadores de escumeiros, taixeiros, dos meles, preneiros, prensos, encaixadores, caixeiros, carreiros, da barca, serradores, pedradores, carapinas, calafates, cadeireiros, feitores, vaqueiros, ovelheiros, farrilheiros²⁶.

Era comum, também, que trabalhassem no transporte de cargas, na construção de casas, igrejas e edifícios públicos, como os Fortes de Nossa Senhora do Mont-Serrat e Santo Antônio da Barra, na abertura de estradas e caminhos, além de atuarem como “guias, remadores, lenhadores, caçadores e pescadores”²⁷ e trabalhadores em atividades variadas. Tal afirmativa pode ser comprovada quando se manuseia a lista de mão-de-obra a ser paga por Mandados, como o de 10 de outubro de 1550, pelo qual se determinava ao Provedor-mor que pagasse a:

Antonio Gonçalves Indio trabalhador, dos que andavam nas obras desta Cidade oitocentos reis em mercadoria, que lhe eram devidos de seu Soldo de dois mezes, que começaram a vinte e um de Julho de mil quinhentos e cincoenta, e um té vinte e um de Setembro do dito anno a quatrocentos reis por mez²⁸.

Darcy Ribeiro²⁹ revela também que a “documentação colonial destaca por igual, aptidão [de alguns índios] para ofícios artesanais, como carpinteiros, marceneiros, serralheiros, oleiros”. Constata-se, ainda, que a maior parte dos salários dos índios era paga com varas de pano de algodão. Quanto a esse pagamento, o rei, através do Regimento de Thomé de Sousa, determinava que, sob qualquer condição, não se deveria dar:

artilharia, arcabuzes, espingardas, polvora nem munição para ellas, béstas e .lanças, espadas e punhaes, nem facas de Alemanha, nem outros semelhantes nem algumas outras armas de qualquer feição que forem assim ofensivas e defensivas: e qualquer pessoa que o contrario fizer, morra por isso morte natural e perca todos os seus bens, a metade para os captivos e a outra para quem accusar³⁰.

Entretanto essa determinação real nem sempre era respeitada, como se pode observar nos Mandados de Pagamento pela compra de madeira, como o de 22 junho de 1549, passado para o Provedor-mor para que os Contadores e o Tesoureiro pagassem a madeira adquirida para a construção dos muros e baluartes da cidade:

trinta e dois machados, quarenta e oito foices, onze enxadas, cincoenta e uma duzias de tesouras, quatro peças, cincoenta, e um mil anzoos, cento e quarenta e quatro furadores, quarenta e nove podões, quatorze duzias de facas de Allemanha, que tudo dispendeu na compra da madeira, que mandou comprar para cerca do muro, e dos baluartes de madeira, e taipa e o muro de taipa³¹.

As determinações reais foram adaptadas às condições locais e às exigências dos indígenas. A bem da verdade, nem sempre esses pagamentos, principalmente aqueles que deveriam ser feitos por particulares, chegou a se efetivar, como se pode inferir da abundância de leis que tratavam do assunto. Além dessa questão, também abundava a legislação que buscava restringir os constantes desrespeitos dos colonos à legislação - liberdade violada,

²⁶ Testamento de Mem de Sá, pp. 57, 96 a 10, in Wanderley PINHO, *História de um Engenho do Recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia 1552-1944*, Editora Nacional, São Paulo, 1982.

²⁷ Darcy RIBEIRO, *O povo Brasileiro...* cit., p. 54.

²⁸ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., doc. 822, vol. XXXVII, p. 347.

²⁹ Darcy RIBEIRO, *O povo Brasileiro...* cit., p. 99.

³⁰ Regimento de Thomé de Sousa, in ACCIOLI e B. AMARAL, *Memórias Históricas...* cit., vol. I, p. 271.

³¹ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro., in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., doc.34, vol. XXXVII, p. 15.

descumprimento dos prazos estabelecidos nos contratos de trabalho, fazendo com que a condição de vida dos aldeados fosse comparável a dos escravos. Para contornar esse problema, a Coroa, desde 1556, nomeou encarregados de representar e defender os interesses dos índios e de evitar que fossem maltratados. O argumento apresentado pelos colonos para o descumprimento das leis era o de que precisavam de mão-de-obra para prosperar em seus empreendimentos, que era impossível catequizar/civilizar os índios em liberdade e que os missionários desrespeitavam as determinações legais no referente às regras de repartição dos aldeados, causando-lhes prejuízos.

A utilização da mão-de-obra tupinambá (também chamados de negros da terra), durou por todo o século XVI, sendo aos poucos substituída pela africana. Inúmeros fatores explicam essa decisão. Podemos arrolar desde as revoltas, as fugas, as inúmeras formas de resistência criadas e as leis de caráter restritivo à escravidão indígena. Destaca-se, principalmente, a brutal redução demográfica dos índios aldeados ou não em decorrência da fome, dos maus tratos, do excesso de trabalho, das repressões violentas às revoltas e das doenças infecto-contagiosas, como as epidemias de sarampo e de varíola entre os anos de 1560 e 1563, quando morreram quase 2/3 dos índios que habitavam no litoral da América Portuguesa. Também há que se referir ao fato da dificuldade de ser mantido um fluxo contínuo da reposição dos índios mortos ou fugidos e que os novos descidos³² ou escravizados eram falantes do Tronco macro-jê, não falantes da língua tupi, descritos como “bárbaros”, nômades e sem tradição da prática da agricultura.

Neste processo de substituição da mão-de-obra escrava indígena pela africana, também não há como ignorar a atuação dos mercadores e traficantes de escravos de origem africana interessados na abertura desse novo e promissor mercado consumidor. Além de oferecerem financiamento para a aquisição dos escravos, esses comerciantes foram os grandes propagandistas da melhor qualidade, maior adaptabilidade, resistência às doenças e docilidade dos novos trabalhadores, além de não haver qualquer legislação de caráter restritiva a sua aquisição e uso.

Apesar de ser a partir de 1565, cada vez maior a proporção de escravos africanos em detrimento do número de indígenas, o uso do escravo indígena não deixou de existir. Devido ao preço desses ser 2/3 menor, os índios continuaram a ser os trabalhadores preferidos pelos colonos mais pobres que não possuíam recursos nem crédito para adquirirem os africanos.

A Mão-de-Obra Européia

A primeira constatação é que um europeu desempenhava múltiplas atividades, excetuando-se aqueles que exerciam cargos de mando e que dependiam da nomeação do rei, várias categorias compunham o quadro dos administradores. Citamos os governadores, os donatários, os ouvidores, os provedores da fazenda, os arrecadadores de tributos. Essas funções eram preenchidas por homens de confiança das autoridades constituídas, como é o caso de Garcia de D'Ávila, criado do governador-geral, Tomé de Sousa, que o nomeou feitor e almoxarife da cidade do Salvador e seus termos e da alfândega dela³³ por Provisão de 1 de junho de 1549.

Graças a sua relação com o governador, Garcia D'Ávila usou sua influência, cargo e ganhos para se tornar o mais rico, influente e poderoso sesmeiro do século XVI. Foi graças às suas habilidades que sua propriedade se expandiu dando origem a uma longa dinastia conhecida como os Senhores da Casa da Torre. Outro cargo preenchido pelo critério da confiança foi o de Ouvidor Geral com ordenado de 200\$000 reis por ano e ocupado pelo licenciado Braz Frágoso.

Algumas indicações eram direcionadas para parentes do próprio governador ou de homens poderosos na metrópole e na cidade do Salvador. Pode ser identificada, por exemplo, a indicação de Balthazar de Sá, sobrinho de Mem de Sá, em 13 de Janeiro de 1558, para comandar a galé Conceição, cargo que foi repassado para o outro sobrinho - Estácio de Sá - em 1559 e também um outro membro de sua família - Salvador Correia de Sá, o velho - para o cargo de Capitão-mor da Capitania Real do Rio de Janeiro.

³² Índios que habitavam os sertões e que eram convencidos de várias maneiras a se aldearem em locais de interesse dos colonizadores.

³³ Traslado da Provisão de Feitor, e Almoxarife desta cidade do Salvador, e da Alfândega della, que proveu o Senhor Governador (Tomé de Souza a Garcia d'Ávila), in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXV, pp. 34-35.

Os cargos públicos estáveis, como o de Escrivão da Provedoria, Alfândega e Defuntos da Bahia percebia 30\$000 reis de ordenado a cada ano. Seu primeiro titular foi Antonio Álvares, nomeado em janeiro de 1542. Enquadram-se também nesta categoria o de Provedor-mor da Fazenda, ocupado por Francisco Mendes da Costa que recebeu oitenta mil reis de ordenado por cinco anos de atuação ³⁴.

Pedro Ferreira percebeu 80\$000 reis anuais durante cinco anos por exercer a função de Tesoureiro de Todas as Rendas de Sua Alteza em Terras do Brasil ³⁵. O Provedor da Fazenda de Salvador era remunerado com 30\$000 reis anuais durante cinco anos. Cristóvão de Aguiar, que exerceu o cargo de Almojarife do Armazém e Mantimentos da Bahia por cinco anos fazia jus a 50\$000 reis de ordenado pagos pela Tesouraria da Bahia ³⁶. A função de Contador, ocupado por Gaspar de Camargo, teve um caráter hereditário, pois o rei determinou que, ao falecer seu titular, o cargo deveria ser ocupado pelo marido de uma de suas filhas legítimas ³⁷.

O provimento de alguns cargos, no entanto, era por tempo definido e podia ser cumulativo, como indica o documento de nomeação por três anos de Pero de Góes para Capitão-Mor da Costa, pelo qual percebia 200\$000 reis por ano de ordenado ³⁸. Góes, na verdade, já exercia outras atividades oficiais e remuneradas pela Coroa: o de Escrivão das Caravelas e da Armada ³⁹. Também Antônio Adorno ocupava duas funções remuneradas, a de Alcaide-Mor e a de Escrivão de Embarcação.

Para o atendimento na área da saúde, foram nomeados o licenciado Jorge de Valadares, recebendo 60\$000 reis por ano de ordenado ⁴⁰ como Físico e Cirurgião da cidade e Diogo de Castro como boticário, recebendo 15\$000 reis de ordenado, pagos pelo Tesoureiro das rendas ⁴¹ e o bacharel mestre Affonso, provido como Cirurgião da Cidade do Salvador com ordenado anual de 18\$000 reis. Como a questão da saúde preocupava os administradores, os mordomos do Hospital da Cidade ⁴² recebiam quatro mil reis em dinheiro para viabilizar a construção daquele hospital ⁴³.

O encarregado de coordenar as obras e os diversos trabalhadores foi Luís Dias, que trouxe seu sobrinho Diogo Peres ⁴⁴, mestre pedreiro para trabalhar sob sua supervisão. Nomeado por provisão de 14 de Janeiro de 1549 ⁴⁵, Dias deveria receber salário de 72\$000 reis. Um dos documentos mais detalhados sobre suas atividades em Salvador encontra-se nas cartas que escreveu entre os meses de julho e agosto de 1551. Nelas, ele informa ao rei estar cumprida a sua missão de erguer a fortaleza e indica ainda “Pero de Carvalhaes e Francisco Gomez” ⁴⁶, oficiais cuja experiência como pedreiros e mestre de obras era garantida por ele, para quando o rei quisesse fazer outras obras.”

³⁴ Por alvará de 2 de Janeiro de 1549, passado em Almeirim, in I. ACCIOLI e B. AMARAL, *Memórias Históricas...* cit., vol I, pp. 297-298.

³⁵ I. ACCIOLI e B. AMARAL, *Memórias Históricas...* cit., vol. I, p. 298.

³⁶ Idem, *Ibidem*.

³⁷ Alvará de 7 de Janeiro de 1549, em Almeirim, in I. ACCIOLI e B. AMARAL, *Memórias Históricas...* cit., vol. I, pp. 297-298.

³⁸ I. ACCIOLI e B. AMARAL, *Memórias Históricas...* cit., vol.I, pp. 297-298.

³⁹ Registrava as cargas, compras, vendas e os impostos no diário de bordo.

⁴⁰ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., doc.665, vol. XXXVII, p. 270.

⁴¹ Lista das nomeações feitas por D. João III para os cargos criados por ocasião da vinda do 1º governador geral do Brasil. Por alvará de 15 de Janeiro de 1549, passado em Almeirim, in I. ACCIOLI e B. AMARAL, *Memórias Históricas...* cit., vol. I, pp. 297-8.

⁴² Posteriormente esse hospital foi denominado de Salvador e, finalmente, da Santa Casa de Misericórdia.

⁴³ Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., doc.1134, vol. XXXVIII, pp. 56-57.

⁴⁴ Tornou-se importante auxiliar de Luis Dias, seu tio, nas obras de construção da cidade do Salvador e suas fortificações, mas, ao voltar para o reino com amostras de como estava sendo construída a fortaleza, morreu em um naufrágio. Sobre Diogo Peres há uma referência elogiosa específica ao pedreiro que trabalhou na construção do colégio dos Jesuítas. Segundo o padre Manoel da Nóbrega, o pedreiro que “veio com 30\$000 reis de partido a este haviam de dar o cuidado de nosso colégio; é bom oficial” (Pe. Manuel da NÓBREGA. Carta de 9 de agosto de 1549 para o Pe. Mestre Simão Rodrigues, in *Cartas Jesuíticas...* cit., p. 85).

⁴⁵ Translado da Provisão do Mestre das Obras desta cidade do Salvador [Luis Dias], in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXV, pp. 21-22.

⁴⁶ Transcrição da Carta de Luis Dias dirigida a Miguel de Arruda. In *Anais da Biblioteca Nacional*. op. cit. v. 57. p.25-27.

Atuavam em serviços públicos temporários e particulares carpinteiros, ferreiros e tanoeiros⁴⁷. Alguns dos pedreiros citados foram Fernão Gomes, Francisco Gomes, Gaspar Lourenço, Pedro de Carvalhaes, Ruy Gonçalves, João Fernandes e Affonso Fernandes que serviram nas obras da fortaleza do Salvador e recebiam salário que variava de 1\$200 reis a 1\$800 reis ao mês.

Alguns destes trabalhadores, além dos serviços de pedreiros, eram militares e empreiteiros e recebiam por trabalho realizado. Este é o caso de Francisco Pires, que somou ao seu salário o pagamento de “tres mil, e setecentos reis em mercadoria, que lhe mandou dar por fazer de empreitada uma casa junto ao baluarte Santa Cruz na Ribeira dos Pescadores.” em 20 de agosto de 1550⁴⁸ e, no ano de 1551, o mesmo Pires recebeu 2\$987 em mercadoria, “que lhe eram devidos de doze braças de taipa, que fez para as casas do Alcaide, e Carcereiro à razão de trezentos e cincoenta reis em braça”⁴⁹.

O pedreiro Pedro de Carvalhaes também somava ao seu salário o produto de outras atividades, como se percebe no pagamento de 4\$000 reis em mercadoria em 1550 por haver feito e fornecido “cal na ilha de Taparica, como fez, e tinha feito muita para sua Alteza”⁵⁰ e, em outubro do mesmo ano, foram-lhe pagos 2\$000 reis “por um quintal de ferro, que lhe mandava dar pela Casa dos Armazens, que fez na Ribeira desta Cidade em que mais foi avaliada por Luiz Dias, mestre das Obras, além do que lhe eram obrigados dar”⁵¹. Ainda em 1550 recebeu 9\$380 por quarenta e nove e meia braças dos alicerces que foi aberto da Sé após ter sido contratado por Luis Dias.

Outros trabalhadores indicados são André Rodrigues Romeiro, que recebeu \$700 réis em dinheiro por ter roçado o mato junto dos Armazéns da Ribeira e Domingos Rodrigues encarregado de limpar os muros da cidade, trabalho pelo qual recebeu 2\$400 pagos em mercadorias⁵².

Há referências a outras atividades realizadas por particulares, como os empreiteiros de caminhos e muros da cidade Ruy Gonçalves, Belchior Gonçalves, Francisco Gomes e Fernão Gomes que recebiam dez mil reis em resgate ou por sua empreitada⁵³. O caminho da cidade à Ribeira dos Pescadores, por exemplo, foi feito de empreitada por Jorge Dias, que recebeu de pagamento 3\$540, sendo 3\$340 em dinheiro e \$200 réis em mercadorias. Já os empreiteiros dos muros e baluartes recebiam os salários que variavam entre 2\$000 reis a 6\$000, como se pode constatar na documentação. Assim encontra-se o registro de que Ruy Gonçalves⁵⁴ e Fernão Gomes receberam 6\$000 reis de salário enquanto Francisco Pires e Affonso Fernandes receberam 2\$000. O valor pago aos empreiteiros dos muros variava de acordo com a dimensão do trabalho a ser realizado e era acertado com o Provedor.

Muitas outras atividades eram exercidas por homens livres e também por degredados: pescadores, barbeiros, marinheiros, auxiliares das obras, mestres das ferrarias, ferreiros como André Pereira⁵⁵ e uma faixa intermediária de agregados que prestavam serviços em troca de auxílio, feitores, mestres de açúcar⁵⁶ e mais, alguns trabalhadores e comerciantes todos envolvidos na instalação de engenhos e no seu funcionamento.

⁴⁷ Homens que fabricavam e consertavam tonéis e barris para armazenar vinho e a água.

⁴⁸ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., doc.655, vol. XXXVII, p. 266.

⁴⁹ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., doc.560, vol. XXXVII, pp. 221-222.

⁵⁰ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., doc. 839, vol. XXXVII, pp. 354-355.

⁵¹ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 840. p. 355.

⁵² Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 1118. pp. 49-50.

⁵³ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 137, p. 58.

⁵⁴ Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 188, pp.71-72.

⁵⁵ Por mandado do governador de 4 de março de 1550 recebeu 1\$400 em dinheiro por ter feito um forno de serralheiro.

⁵⁶ Os mestres de açúcar são os senhores de engenho, porque em suas mãos está o rendimento e ter o engenho fama, pelo que são tratados com muitos mimos, e os senhores lhe dão mesa e cem mil réis, e outros mais, cada ano. Remuneração que comparada a dos capelães – quarenta e cincoenta mil réis anuais – evidencia ainda mais eloqüentemente a importância desse técnico de quem tanto se dependia. In Wanderley PINHO, *História de um Engenho do Recôncavo...* cit.

Em uma cidade em construção, onde se erguiam casas e fortificações para defesa, os oleiros destacavam-se, pois eram especialistas no processo de extração da argila para a preparação do fabrico do tijolo e telhas, na construção de casas de pau a pique, como é o caso de Miguel Martins, Pero de Carvalhaes e Francisco Gomes que também eram pedreiros, Francisco Fernandes, João Salgado, Pedro Martins ⁵⁷, Antonio Vaz de Leiria, Gomes Fernandes e João Rodrigues, que trabalhavam em parceira ou por empreitada. O preço das telhas variava segundo sua qualidade como se pode observar nos valores pagos a Pedro Martins: 8\$000 reis em dinheiro de contato, que lhe eram devidos por quatro milheiros de telha entregues ao almoxarife dos armazéns para as obras da cidade e mais 8\$066 também em dinheiro de contado por 5.620 telhas a 1\$200 a 1\$600 o milheiro.

Os Militares

Funcionários pagos para defender a cidade do Salvador, bem como as suas fortificações do litoral. Analisando essa superposição de atividades, pode-se afirmar que com relação aos militares a tropa paga era de pequena monta e composta por camponeses ou seus filhos arregimentados na sua maioria à força nas vilas do interior de Portugal e na zona portuária de Lisboa e, portanto, não pode ser definida como especializada e qualificada.

A essa pequena tropa, nos momentos de crise, eram adicionados povoadores, colonos, sesmeiros, pedreiros, empreiteiros além dos índios e escravos que atuavam em defesa das propriedades particulares, como previa o Regimento de Tomé de Sousa, cita-se, como exemplo, o caso de Francisco Mendes, serralheiro, que percebia mensalmente \$500 reis como homem d'armas em 1549; em 22 de maio de 1550 foi-lhe paga a quantia de 2\$910 reis em mercadoria referentes a outros trabalhos realizados entre os meses de maio e novembro daquele ano e mais \$300 reis mensais por trabalhar nas ferrarias ⁵⁸.

Nos anos seguintes, a documentação mostra outros homens acumulando funções, como é o caso de Jorge André, bombardeiro e ferreiro, que recebeu \$140 reis por ter servido três meses e quarenta dias nas ferrarias da cidade ⁵⁹, apesar de também perceber salário como militar até o ano de 1552 ⁶⁰.

Belchior Gonçalves era bombardeiro, pedreiro e empreiteiro, como se comprova por ter recebido da Casa dos Contos 5\$600 reis em mercadoria, 10 em setembro de 1550, por ter sido contratado por empreitada na Ribeira ⁶¹ e mais 11\$120 reis em 15 de outubro de 1551, sendo que "metade em dinheiro, e metade em mercadoria por ter construído dez mil e oitocentos de vinte e cinco braças e três quartas de braça de taipa, que fez por mandado do Provedor-mor para a casa da Pólvora; as dez dela a quatrocentos e cinquenta reis a braça, e as quinze e três quartas a quatrocentos reis, a qual obra fora vista, e medida por Luiz Dias Mestre delas" ⁶².

O mesmo Balchior Gonçalves recebeu 6\$680 reis em dinheiro para construir os Açougues de Salvador, o que significava a construção de vinte e uma braças, e meia de parede de taipa. O preço acertado foi o de \$320 reis a braça, medidas por Luiz Dias Mestre das Obras" ⁶³. Ainda há registro de ter recebido, como empreiteiro e pedreiro, a quantia de 3\$000 reis em mercadorias pelas obras em pedra e barro, realizadas na Ribeira ⁶⁴, e o caso de relojoeiros, como João Luis, que serviu no baluarte São Tiago.

⁵⁷ Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 855, p. 362.

⁵⁸ Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 441, pp. 166-167.

⁵⁹ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 1271, p. 120.

⁶⁰ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 1146, p. 62.

⁶¹ Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 765, p. 319.

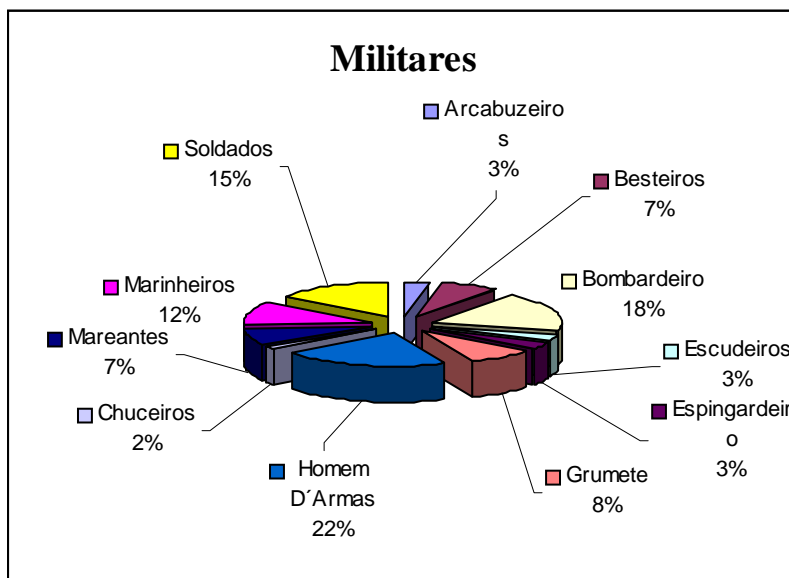
⁶² Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 830, p. 351.

⁶³ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 974, pp. 415-416.

⁶⁴ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 395, pp. 143-144.

Em 1550, há registro de escravos trabalhando juntamente como seus senhores tanto nas atividades militares como nas demais, as quais pode-se destacar, pedreiro, serrador etc. Referimo-nos aos carpinteiros e bombardeiros Antonio Gonçalves⁶⁵ e Jorge Teixeira⁶⁶, sendo que este possuía um escravo que também exercia a atividade de carpinteiro, e o bombardeiro e serrador de madeira Pedro Affonso, cujo auxiliar era um escravo de Paulo Dias.

O gráfico abaixo demonstra que a base das tropas em Salvador era formada, predominantemente, por homens d'armas e bombardeiros. Ao considerar que, na sua maioria, exerciam dupla atividade, cabe perguntar em qual delas esses homens eram especializados, e avaliar a fragilidade da defesa da fortaleza da cidade do Salvador, considerando-se a atuação do seu contingente militar.



Fonte: Documentos Históricos. Ministério da Educação e Saúde. Bibliotheca Nacional. Registro de Provisões e Mandados Reais, Volumes: XXXV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII, Rio de Janeiro, 1937.

Na massa documental consultada, foi possível identificar as seguintes categorias militares pagas pelo governo: escudeiros, espingardeiros, mareantes, soldados, besteiros⁶⁷, homens d'armas, arcabuzeiros e bombardeiros⁶⁸. Essa tropa era organizada em guarnições⁶⁹ e seus componentes eram armados com espingardas, arcabuzes, piques⁷⁰ e bestas, exceção feita aos escravos e índios aldeados que iam sempre à frente com arco e flecha. A expectativa da participação dos indígenas já está expressa no Regimento de Tomé de Sousa que calculava poder mobilizar parte dos “cinco até seis mil homens de peleja, os quaes accupão ao longo da Costa para a parte do Norte até Tatuapara”⁷¹.

Para reforçar o contingente militar ocorreram contratações de mão-de-obra estrangeira, como se constata na Provisão de 4 de agosto de 1549, quando o governador determinou que

⁶⁵ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Bibliotheca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 805, pp. 337-338.

⁶⁶ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Bibliotheca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 1166, p. 71.

⁶⁷ Arma de mão de arremesso, feita de madeira e composta de arco metálico preso transversalmente. Era usada para disparar balas pequenas e setas.

⁶⁸ Carregavam e disparavam os canhões bombarda.

⁶⁹ Os homens da guarnição vestiam armaduras, que eram desconfortáveis no calor dos trópicos. Mais tarde, passaram a usar malhas metálicas, mais leves e maleáveis, que foram substituídas por gibões menos pesados e mais flexíveis.

⁷⁰ O pique era uma longa lança usada pelos que combatiam a pé, media entre três e cinco metros de comprimento. Está várias vezes referido no Regimento de Thomé de Sousa, onde é determinado que cada capitão-mor e senhor de engenho tivesse lanças ou chuços, esse tipo de arma não chegou a ser relevante na América Portuguesa, onde os índios não possuíam cavalaria.

⁷¹ Regimento de Thomé de Sousa, in I. ACCIOLI e B. AMARAL, *Memórias Históricas...* cit., vol. I, p. 264.

fosse pago em resgate 2\$000 reis a Pedro Fernandes de Alburge e 1\$000 reis de seu salário referente a primeiro de junho por servir de homem d'armas⁷², 3\$800 a João Garcia de Salamanca por servir de espingardeiro⁷³ e o soldo de 1\$4000 reis a Henrique de Memberga, bombardeiro flamengo⁷⁴. Encontram-se também referências a pagamentos de \$985 reis em mercadorias a Gonçalo Ferreira, castelhano⁷⁵, 1\$650 reis mensais a Pedro Martins do Rio de Mouro⁷⁶ que atuava como homem d'armas e a Domingos Fernandes, castelhano⁷⁷, João Ramos, galego⁷⁸, Álvaro, castelhano⁷⁹, João Gorvaca, flamengo⁸⁰, Francisco de Vila Fanha, castelhano⁸¹, João Flamengo de Holanda⁸² e Debanro Henríquez, holandês que fora marinheiro e já era falecido⁸³.

A contratação da mão-de-obra estrangeira naquele momento tornou-se uma solução ideal, pois essa alternativa atendia as necessidades imediatas do governador de executar os planos da metrópole: defender, ampliar e consolidar a conquista nas terras da América. Para tanto, havia a necessidade do exercício de grande diversidade de funções militares a serem desenvolvidas. Nem todas eram realizadas apenas por europeus, pois constata-se a presença de índios e negros atuando militarmente sob o comando dos colonizadores.

Considerando-se os dados relativos às várias atividades exercidas pelos colonos, podemos constatar que as principais atividades remuneradas exercidas por esse segmento social eram as de pedreiros (10%), carpinteiros (11%) e empreiteiros (11%), conforme se pode observar no gráfico abaixo. Tal concentração de atividades na área da construção é explicada pelo momento vivido na nascente Salvador, pela urgência na construção do seu sistema defensivo e também pela boa perspectiva econômica do empreendimento colonial nestas plagas.

⁷² Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 195, pp. 73-74.

⁷³ Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 205, p. 76.

⁷⁴ Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 503, p. 194.

⁷⁵ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro. In *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* op. cit. Doc.1197. v. XXXVII, p.86.

⁷⁶ Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 197, p. 74.

⁷⁷ Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 322, p. 114.

⁷⁸ Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 327, pp.115-116.

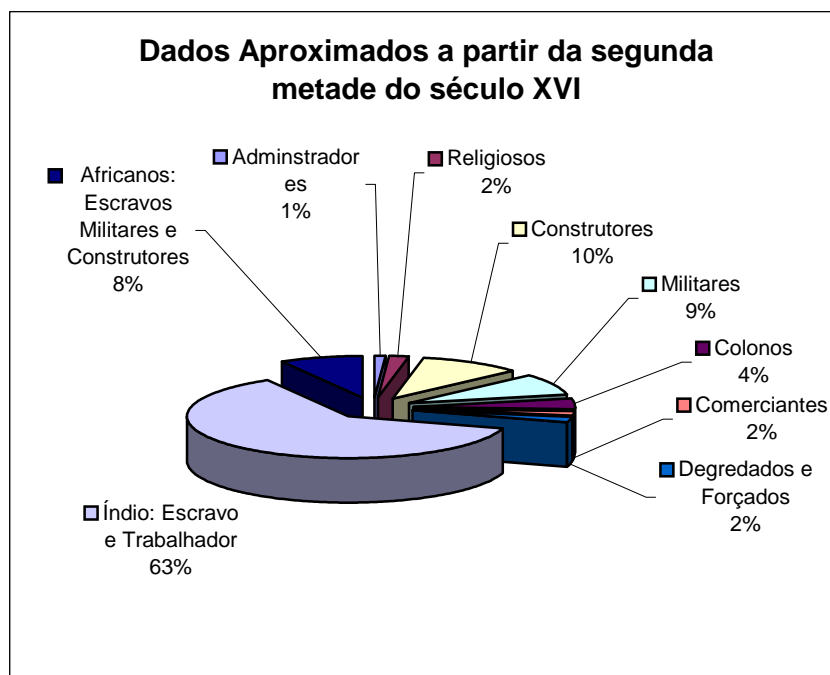
⁷⁹ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 524, p. 204.

⁸⁰ Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 610, p. 245.

⁸¹ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 663, pp. 269-270.

⁸² Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 670, p. 272.

⁸³ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 1174, p. 75.



Fonte: Documentos Históricos. Ministério da Educação e Saúde. Bibliotheca Nacional. Registro de Provisões e Mandados Reais. Volumes: XXXV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII. Rio de Janeiro, 1937.

Os outros profissionais atuavam nos locais em que seus serviços eram solicitados. A constante mobilidade desses trabalhadores e a dispersão das moradias são explicitadas por Lapa⁸⁴ ao afirmar que “no tempo de Gabriel Soares, havia cerca de duzias de oficiais,” e que, no cotidiano, amontoavam-se nas ruas e becos, locomoviam-se da parte alta para a baixa, e entre a área intramuros e a externa à muralha e pelas casas. Essa realidade referia-se tanto ao governador como aos escravos, comerciantes, trabalhadores, vendedores de frutas, peixes, legumes e pessoas simples em busca de trabalho.

No governado de Duarte da Costa, ocorreram outras nomeações como, por exemplo, Rodrigo de Freitas, nomeado por provisão de maio de 1554, para o cargo de Provedor da Capitania da Bahia, Diogo Muniz Barreto como Alcaide-mor da cidade do Salvador com salário de 20\$000 reis ao ano, Antonio Godinho como carcereiro e André Fortio, para ser escrivão e provedor dos defuntos da capitania da Bahia em dezembro de 1557.

Nesse contexto, existia uma alta concentração de trabalhadores atuando em atividades múltiplas e relacionadas à construção da cidade e das fortificações e começou a se alterar a partir de 1560 durante a administração do governador Mem de Sá, quando se efetivou a conquista definitiva do Recôncavo, o que garantiu a expansão das atividades econômicas. Essa diversificação expressou-se na maior presença de comerciantes, militares e artífices, embora a população indígena ainda constituísse o maior contingente humano no entorno da Baía de Todos os Santos e na América portuguesa como um todo.

Os Religiosos

Outro grupo de pessoas que chegaram em Salvador no Século XVI e tiveram papel relevante na sua construção foram os padres Jesuítas e demais clérigos, inclusive, o bispo. Comandados pelo Padre Manoel da Nóbrega, os inicianos deveriam atuar como catequistas junto aos índios e mantenedores dos valores, crenças e da religião cristã entre os colonos.

A responsabilidade pela manutenção – vestimentas, alimentação e tudo o mais que lhes fosse necessário – era de responsabilidade do governo-geral, conforme se pode observar nos

⁸⁴ José Roberto do Amaral LAPA, *A Bahia e a Carreira da Índia*, Ed. fac-similada, Hucitec, Unicamp, São Paulo, 2000. p. 117.

muitos Mandados e Provisões passados nesse período ao governador Tomé de Sousa. Em 1551, o governador manteve dez religiosos “de seu vestido, e calçado à razão de 5\$600 cada um.” Sendo que destes dez, o Padre Salvador Rodrigues faleceu em 15 de Agosto de 1553, o Padre Navarro em Abril de 1557 e o Padre Leonardo morreu quando voltava para o reino.

Convém ressaltar, mais uma vez, a preocupação dos jesuítas com a manutenção dos valores e crenças da religião cristã entre os colonos, pois tanto as autoridades metropolitanas como as eclesiásticas consideravam que a convivência entre colonos e índios havia gerado deformações morais e distorções na conduta dos portugueses. Essa visão acerca da conduta dos colonos está expressa na carta enviada por Nóbrega ao Padre Mestre Simão.

Nesta terra há um grande pecado, que é ter os homens quase todos suas negras por mancebas, e outras livres que pedem aos negros por mulheres, segundo o costume da terra, que é ter muitas mulheres. E estes deixam-nas quando lhes apraz, o que é grande escândalo para nova Igreja que o senhor quer fundar. Todos se me escusam que não tem mulheres com que casem, e conheço eu que casaria se achassem com quem; em tanto que uma mulher, ama de um homem casado que veio nesta armada, pelejavam, sobre ela a quem a haveria por mulher, e uma escrava do governador lhe pediam por mulher e diziam que lhes queriam forrar. Parece-me coisa muito conveniente mandar sua alteza algumas mulheres que tem pouco remédio de casamento a estas partes, ainda que fossem erradas, porque casarão todas muito bem, com tanto que não fossem erradas tais que de todos tenham perdido a vergonha a Deus e ao mundo. E digo que todas casarão muito bem, porque a terra é grossa e larga, e uma planta que se faz dura por dez anos aquela novidade, porque, assim como vão apanhando as raízes, plantam logo ramos, e logo arreentam. De maneira que logo as mulheres terão remédio de vida, e estes homens remediariam suas almas, e facilmente se povoaria a terra ⁸⁵.

Uma das causas sugeridas pelos inacionos para o problema era a ausência de mulheres portuguesas na cidade do Salvador. De acordo com essa versão, homens solteiros ou casados deixavam suas famílias em Portugal e depois de meses no mar, ao manterem contato com a mulher indígena, entregavam-se ao concubinato ⁸⁶. Para evitar essas atitudes pecaminosas, Nóbrega informou ao rei que os oficiais que deixavam suas mulheres e filhos no Reino eram aqueles que abandonavam os ensinamentos de Deus, “portanto me parece que haviam de vir de lá, e se possível fosse com suas mulheres e filhos, e alguns que façam taipas, e carpinteiros ⁸⁷.”

Atendendo aos apelos de Pe. Nóbrega, em 1551, o Rei mandou na armada que trazia, além de provisões, o Bispo Sardinha, jesuítas, clérigos e órfãs para se casarem com os colonos estabelecidos na América Portuguesa. Naquele mesmo ano – 1551 – chegou outra armada, cujo Capitão-mor era Antônio de Oliveira do Carvalhal, designado para ser Alcaide-Mor de Vila Velha, e que também trazia donzelas selecionadas pela rainha D. Catarina e do mosteiro das órfãs, as quais foram encarregadas ao governador para que as casasse ⁸⁸.

Duarte da Costa, segundo governador-geral, governou entre 1553 a 1557 e também trouxe órfãs da rainha e o Governador Mem de Sá, relatou em carta de 1557 ⁸⁹, relatou que deu “de

⁸⁵ Carta de 9 de agosto de 1549 do Padre Manuel da Nóbrega para o Padre Mestre Simão Rodrigues in Manuel da NÓBREGA, *Cartas Jesuíticas...* cit., pp. 79-80.

⁸⁶ Essa afirmativa de Nóbrega confirma o desconhecimento da importância do cunhadismo para os colonos e a persistência em analisar as relações sexuais apenas pelo viés da luxúria.

⁸⁷ Carta de 9 de agosto de 1549 do Padre Manuel da Nóbrega para o Padre Mestre Simão Rodrigues Manuel da NÓBREGA, *Cartas Jesuíticas...* cit., p.85

⁸⁸ Manuel da NÓBREGA, *Cartas Jesuíticas. Cartas do Brasil – 1549-1560*, Biblioteca de Cultura Nacional, Academia Brasileira, Rio de Janeiro, 1931. p. 163.

⁸⁹ Das órfãs vindas nessa ocasião, há informações dos casamentos de “Catharina Fróes com Francisco de Moraes, que por isso teve o ofício de Escrivão dos Defuntos e da Alfândega da Bahia; de Maria Reboredo com Antonio Lamego, que se tornou Escrivão das Contas e da Matrícula da Cidade do Salvador em substituído por seu cunhado, Fernão Reboredo; Apolonia de Góes que se casou com Damião Lopes de Mesquita, designado para o lugar de Contador das Terras; Catharina Loba, sobrinha do Conde Sortella, que se consorciou com Gaspar de Barros de Magalhães. Sobre as

comer as orfaãs que vieram em minha companhia e tanto que cheguei a esta cidade trabalhei polas casar e quis nosso senhor que as casei todaas e as que depois vierão e todas estão casadas e omradas”⁹⁰.

Mão-de-obra Africana

O registro da chegada de africanos à colônia América vinda da Guiné⁹¹ data de 1530, quando, Martim Afonso de Souza os levou para sua Capitania de São Vicente. Há referências a outra leva no ano de 1535, quando Duarte Coelho, o donatário da capitania de Pernambuco, importou africanos. A partir de então, as referências à presença de escravos africanos tornam-se mais comuns, sendo que, no caso de Salvador, há notícia de alguns terem sido embarcados em 1549 pelo Governador-Geral Tomé de Sousa para trabalharem na construção da cidade e das fortificações.

Na medida em que a produção açucareira se fortalecia e ampliava e os proprietários de engenhos enriqueciam, aumentava a presença de escravos africanos nessas áreas produtivas⁹². Esses homens e mulheres passaram a se constituir peças fundamentais no circuito comercial do Atlântico, sendo enviados para vários pontos da América Portuguesa, como pode ser comprovado pela Provisão de 10 de fevereiro de 1550, enviada a Tomé de Sousa, na qual Antonio Brás Cubas, Provedor da Fazenda de Sua Alteza nas Capitanias de São Vicente e Santo Amaro, comunicou que Francisco de Barros de Azevedo possuía um Engenho de açúcar em Santo Amaro e que mandara levar para sua capitania

da Ilha de São Thomé vinte e sete peças de escravos machos, e femeas [foram] para a dita sua fazenda, as quaes vinte e sete peças de escravos foram embargadas na dita Capitania de São Vicente por Antonio Tinoco, que naquele tempo serviu de provedor da Fazenda na dita Capitania por dizer não mostrou Provisão por onde tivesse pagos em Lisboa aos direitos dos ditos escravos, pelo que Sua Alteza mandara fazer certas diligencias sobre o caso, e depois de serem assim feitas, remettera ao dito Governador a determinação do caso⁹³.

Em 10 de julho de 1551, em carta enviada ao padre Mestre Simão, Nóbrega pediu o envio de "alguns escravos de Guine" para o Colégio de Jesus para trabalharem na produção de alimentos destinados aos catecúmenos⁹⁴.

Considerando-se a prioridade dada à construção da capital, registra-se algumas tentativas para a transferência de africanos das capitanias para Salvador, o que nem sempre obteve sucesso. Tal fato pode ser constatado na Provisão de 20 de março de 1552, na qual o Provedor-mor, Antonio Cardoso de Barros informa “a Bartholomeu Rodrigues Provedor da Fazenda do dito Senhor na Capitania de Pernambuco, que Sua Alteza mandara a esta Cidade do Salvador

demais não há informação sobre seus casamentos, todavia não devem ter ficado solteiras. In *Jaboatão, Catalogo Genealógico*, p.203.

⁹⁰ Cartas do governador Mem de Sá, in *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Officina Typografica da Biblioteca Nacional, vol. XXVII, Rio de Janeiro, 1905, p. 131.

⁹¹ Segundo Pierre Verger, “os africanos trazidos para a América Portuguesa durante a segunda metade do século XVI eram originários da Guiné. No século XVII predominaram os embarcados em Angola e Congo, durante os três primeiros quartéis do XVIII sobressaíam os da Costa da Mina e entre 1770 e 1850, os da Baía de Benin.” In Ronaldo VAINFAS, *Dicionário do Brasil Colonial: 1500 reis -1808, Rio de Janeiro, 200 reis*, p. 426.

⁹² É relevante chamar a atenção para o fato dos nomes atribuídos aos escravos permitirem identificar quais os de origem indígena e os africanos, como constata Vasconcelos nos registros das Confissões da Inquisição realizados em Salvador em 1591: “Nele aparecem Bastião, negro da Guiné, Antônio Arda, Antônio Molec, Pedro Angico, Rodrigo Angola, Joane Angico, Duarte Angola, Cristóvão Angola, todos negros da Guiné”, segundo o documento em contraste com Francisco da Terra e Manuel da Terra, cativos igualmente, porém índios. Negros da Guiné e negros da terra eram as duas expressões usadas no Brasil quinhentista para diferenciar os escravos africanos dos indígenas”. In Pedro de Almeida VASCONCELOS, *Salvador transformações e permanências (1549-1999)*, Editus, Ilhéus, 200 reis 2. p. 41

⁹³ Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional... cit.*, vol. XXXVII, doc. 40, pp. 209-210.

⁹⁴ Carta enviada padre Mestre Simão, Manuel da NÓBREGA, *Cartas Jesuíticas... cit.*, p. 84.

escravos, e escravas de Guiné para bem da terra, e dos moradores della, os quaes se não puderem tirar das Capitanias desta costa para outra nenhuma parte”⁹⁵.

As atividades relativas à construção e funcionamento da capital também exigiram, desde o início, o concurso da mão-de-obra africana, como se comprova no Mandado de 26 de dezembro de 1550, no qual o Provedor-mor determinava que o Tesoureiro entregasse ao Almojarife dos Armazéns, Christovão de Aguiar, “tres escravos machos de Guiné para servirem nas Ferrarias do dito Senhor, e que por elle, e seu conhecimento feito pelo Escrivão de seu cargo assignado por ambos, em que declarasse receber os ditos escravos”⁹⁶. Também em 07 de setembro de 1550, o mesmo Almojarife recebeu “um escravo macho de Guiné dos de sua Alteza para servir nos Armazéns e que por ele foi declarado ter recebido escravo, que foi avaliado em dezeseis mil seiscentos, e dez reis”⁹⁷.

Observa-se que, já em 20 de setembro de 1551, há indicação da existência de alguns negros de ganho atuando em Salvador. Em documento daquela data, o tesoureiro mor pagou a Antonio Gonçalves, carpinteiro, a quantia que lhe era devida de 2\$300 reis em mercadoria assim discriminada: “a saber mil e oitocentos reis de tres mezes que um escravo seu Carpinteiro serviu nas obras do dito senhor a seiscentos reis por dia, e os quinhentos reis de cinco dias”⁹⁸. E em novembro do mesmo ano Antonio Gonçalves recebeu “por um escravo serrador quatrocentos, e cinquenta reis de quatro dias e meio, que trabalhou no Bergantim São Tomé a cem reis de seu jornal de seis dias que trabalhou a seiscentos reis por mez”⁹⁹.

Também autoridades e homens poderosos usavam negros de ganho, a Provisão de 13 de março de 1550 do referido Provedor determina o pagamento em mercadorias a três “homens pretos do Governador” que exerciam a função de homens d’armas e aos quais se devia dezoito meses de soldo¹⁰⁰.

Da mesma forma, há indícios de negros que percebiam pagamento pelas atividades que exerciam. Constata-se essa realidade, por exemplo, entre os componentes do contingente militar composto por africanos. Esses homens de armas recebiam soldos correspondentes a suas patentes militares, como se comprova em documento do Feitor d’Armada, de 23 de dezembro de 1550, que registra o pagamento ao Capitão-Mor da Armada pelos serviços de “Christovão, negro Grumete da Caravella Rainha”¹⁰¹. O mesmo Cristóvão recebeu em 06 de agosto de 1550 a quantia de 6\$00 reis em mercadorias, “que lhe eram devidos de seu soldo de dez mezes, que começaram a dez de Outubro de mil quinhentos e quarenta, e nove, e acabaram a dez de Agosto de mil quinhentos, e cinquenta a seiscentos reis por mez”¹⁰². Também foi ordenado através do mandado de pagamento a Bastião de Souza Pinto, forro¹⁰³, que servira como homem d’armas no mesmo ano e recebia \$500 reis por mês.

Pode-se afirmar, a partir desses dados, que a existência desses trabalhadores negros livres e dos negros de ganho era vista de forma positiva pelas autoridades, pois desobrigava a Coroa de prover sua alimentação, garantir-lhes alimento e residência. Esta passava a ser uma responsabilidade dos negros assalariados ou dos seus proprietários.

Há, ainda, referências a esses negros atuarem como empreiteiros e serradores, serviços pelos quais igualmente recebiam o mesmo salário pago aos portugueses que exerciam essas funções. A Provisão de 27 de outubro de 1550, expedida pelo Provedor-mor, informa ao Almojarife dos Armazéns e Mantimentos que se deveria pagar a Inácio Dias “homem preto

⁹⁵ Mandado passado pelo Governador Tomé de Souza para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 49, pp. 220-221-222.

⁹⁶ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 748, p. 312.

⁹⁷ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 768, p. 321.

⁹⁸ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 805, pp. 337-338.

⁹⁹ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 851, p. 360.

¹⁰⁰ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 493, pp.189-190.

¹⁰¹ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 386, p. 140.

¹⁰² Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 685, p. 280.

¹⁰³ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 324, p. 115.

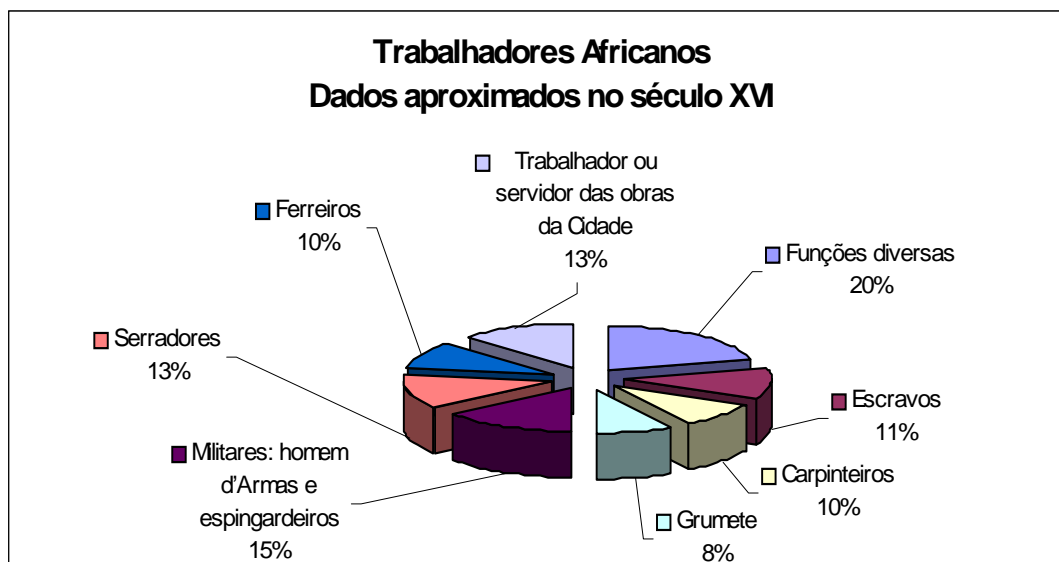
Serrador dois mil, e duzentos, e trinta, e dois e meio em mercadoria, que lhe eram devidos de seu Soldo.”

Dentre os artífices, é possível destacar Pero de Lagos, definido nos documentos como “homem preto trabalhador” que recebeu “mil, e duzentos reis em mercadorias, que lhe eram devidos de seu Soldo de trabalhador de tres mezes, que começaram a vinte e um de Julho da dita era, té vinte, e um de Outubro della a quatrocentos reis por mez”¹⁰⁴.

Visando regularizar o número de escravos a serem importados pelos donos de engenhos, Dona Catarina, regente de Portugal entre os anos de 1557 e 1568, autorizou¹⁰⁵ a compra de cento e vinte escravos africanos para cada proprietário. Com essa autorização, o tráfico cresceu e passou a atender a vários interessados, como os padres jesuítas e os proprietários de terra. As solicitações dos inicianos eram justificadas com o argumento de ser necessário preservar a liberdade dos indígenas, única forma de garantir seu projeto de catequese.

A documentação dos anos subseqüentes indica que a Companhia de Jesus tornou-se um dos grandes compradores de escravos africanos. Em carta enviada por Manuel da Nóbrega para o padre Mestre Simão, em 2 de setembro de 1557, os padres além de solicitarem terras para seus empreendimentos, voltavam a pedir “alguns escravos de Guiné”, para trabalharem na produção de alimentos, atividades da pecuária e como remadores e pescadores. Nessa oportunidade, o superior informava que os que haviam recebido anteriormente já haviam falecido, restando, apenas “uma negra que serve esta casa de lavar roupa, ainda que não o faz mui bem escusa-nos muitos trabalhos”¹⁰⁶.

O gráfico abaixo expressa a diversidade de funções dos africanos em Salvador identificada nos documentos:



Fonte: Documentos Históricos. Ministério da Educação e Saúde. Bibliotheca Nacional. Registro de Provisões e Mandados Reais. Volumes: XXXV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII, Rio de Janeiro, 1937.

Ante esses dados, pode-se afirmar a participação efetiva de africanos na construção dos muros da cidade fortaleza e de outras obras públicas, como na edificação de fortes, igrejas e vias públicas. Porém, não há como ignorar que grande parte dos africanos trazidos na segunda metade do século XVI foi destinada às atividades vinculadas à produção do açúcar e a todas as demais necessárias ao empreendimento colonial e ao bem-estar e conforto de seus senhores.

¹⁰⁴ Mandado passado pelo Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros para o Tesoureiro, in *Documentos Históricos da Bibliotheca Nacional...* cit., vol. XXXVII, doc. 902, p. 381.

¹⁰⁵ Francisco Adolfo de VARNHAGEN, *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*, Tomo 2, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1962. p. 304.

¹⁰⁶ Carta enviada a padre Mestre Simão, NÓBREGA in Pe. Serafim LEITE S.J, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1965, vol. 1, pp. 67-68.

Um novo desafio: o cotidiano na Lisboa da América.

A cidade do Salvador, sede do governo-geral português na América solidificou-se como centro administrativo e eclesiástico e transformou-se em um símbolo de prosperidade econômica no decorrer do século XVI. E esse enriquecimento decorria da intensa atividade de seus moradores envolvidos em múltiplas atividades produtivas, comerciais e como construtores da cidade e do seu sistema defensivo.

No final do século XVI, Salvador crescia e ultrapassava os muros construídos em 1549. A vida social se tornava mais rica e o número de habitantes aumentava, particularmente depois que os conflitos com os indígenas foram superados. A área conquistada e habitada por portugueses se expandia em torno do Recôncavo (encontram-se referências às áreas de Itapagipe, Pirajá e Matoim como locais de terras férteis com muitos rios navegáveis).

Dois anos após a instalação do Governo Geral, visando estimular a construção de engenhos no entorno da Baía de Todos os Santos, o rei flexibilizou as regras relativas à doação de sesmarias e, graças ao apoio militar viabilizado pela nova administração, essas terras passaram a ser ocupadas por colonos e se transformaram em centro produtor de açúcar¹⁰⁷. Porém, durante a administração de Tomé de Sousa a questão indígena ainda era um óbice para a continuada expansão da conquista, apesar da repressão desencadeada pelo Governador contra as tribos que opunham resistência à perda de seus territórios e à escravização que lhes era imposta.

Apesar da falta de precisão na documentação produzida pela administração de Tomé de Sousa, há indícios do avanço dos colonos sobre Paripe em 1551¹⁰⁸, ano em que um Alvará determinou que se fizessem “novos engenhos de açúcar ou reformar os que tinham nessa capitania dessa Bahia”¹⁰⁹. Já no ano de 1552 encontram-se referências ao engenho de João Velosa que moia com águas do rio Pirajá¹¹⁰.

O relato das revoltas indígenas no governo de Duarte da Costa em 1556 permitem identificar a existência do Engenho do Cardoso, na Península de Itapagipe, assim como a presença de missionários em Itapuã, Rio Vermelho e Paripe¹¹¹. No litoral, entre a Vila Velha e Rio Vermelho, existiam pequenas roças nas quais se plantava cana, frutas, mandioca e legumes para abastecimento da cidade. Entre Itapuã e Tatuapara havia olarias e currais de gado.

No governo de Mem de Sá, o mais repressivo de todos para com os indígenas, a expansão da conquista se fez com maior rapidez. Pelos conflitos com os silvícolas, percebe-se que a presença portuguesa já se fazia presente em Madre de Deus, Tatuapara (hoje Praia do Forte), São Sebastião ou Nazaré do Jacuípe e entre Pirajá até Matoim, onde estavam localizadas fazendas plantadas com cana, frutas e hortaliças e outras dedicadas à criação de gado. Era uma produção vendida em Salvador ou trocada por pão, vinhos, utensílios, mantimentos importados e por sedas e outros tecidos.

Ao consultar os vários documentos sobre a segunda metade do século XVI na nascente Salvador, constata-se que o consumo de alimentos não era motivo de preocupações. As referências à abundância, qualidade e diversidade de frutas, raízes, carnes e peixes são constantes. Nóbrega o afirma em várias de suas cartas assim como atesta a preocupação dos colonos em criarem animais de pequeno porte para o abate:

os mantimentos próprios da terra, ainda que húmidos, quasi todos, são em abundância. O pescado é muito gostoso e sanissimo. As carnes não as havia entre os Índios senão de mato que eles caçam com suas frechas e laços e agora também com cães eu obtiveram dos cristãos. Mas todo o gênero de gado se cria em abundância, porque os cristãos

¹⁰⁷ Gabriel Soares SOUSA, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1971, p. 72.

¹⁰⁸ Pe. Serafim LEITE S.J., *História da Companhia de Jesus...* cit., pp. 141-153.

¹⁰⁹ Traslado de uma Provisão passada por el-Rei, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXV, p. 334.

¹¹⁰ Carta de confirma de terra a Afonso de Torres, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVI, p.418.

¹¹¹ José B. de A. MARIANI, «Povoamento da Bahia: século XVI», in *Revista do Centro de Estudos Baianos*, s/ed. Salvador, 1971, pp. 4-5.

tem muitos porcos, bois, cabras, galinhas, patos etc. Pão de trigo não tem senão o de Portugal¹¹².

Padre Nóbrega elogiava as frutas nativas, embora as considerasse estranhas e muito diferentes das europeias, e acreditava que todas essas pudessem ser plantadas e produzidas na Capitania da Bahia. Considerava que a produção não era maior devido aos constantes ataques das formigas¹¹³. Gabriel Soares, no capítulo em que fala da variedade de frutas, destaca o caju, o abacaxi ou ananás, a banana ou pacobas, o milho e arroz de boa qualidade¹¹⁴.

O padre elogiava também a abundância dos vários tipos de peixe e a qualidade dos siris e dos caranguejos nos mangues “há muito pescado e também muito marisco, de se que se mantêm os da terra e muita caça de mato e patos que criam os índios, ovelhas, cabras e galinhas se dão bem também em a terra e há dellas grande quantidade”¹¹⁵.

O Espaço Urbano

O espaço urbano de Salvador no século XVI estava restrito aos muros construídos e nele foram edificados prédios administrativos, algumas residências, uma igreja, uma praça e poucos caminhos que permitiam o deslocamento dos moradores para a Vila Velha do Pereira, o Monte Calvário e o porto, localizado no sopé da montanha, onde foram elevados a Casa da Fazenda e a da Alfândega, os armazéns e as ferrarias.

Outros pontos próximos à cidade também foram sendo ocupados pelos colonizadores. Na ponta de Itapagipe foram erguidas olarias e um curral de Garcia d' Ávila¹¹⁶ e um engenho de água na sesmaria doada por Tomé de Sousa a Christóvão de Aguiar D'Alto. No rio Pirajá havia um local seguro para a calafetagem das embarcações de grande, médio e pequeno porte e nas suas margens eram encontradas roças, canaviais e olarias. A uma légua do rio Pirajá encontrava-se a Fazenda de Antônio de Oliveira Carvalhal, antigo alcaide-mor de Vila Velha, uma ermida de São Brás e, mais adiante, a igreja de Nossa Senhora da Escada pertencente aos jesuítas com local para seu repouso.

Em Paripe, localizavam-se a igreja de Santa Cruz na Fazenda de Torres¹¹⁷ e o Engenho de Pirajá, ou Del Rei, que “moia e dava rendimentos”¹¹⁸. Ao norte, entre a Praia Grande e a foz do rio Matoim, havia várias fazendas, canaviais e engenhos com bois e moendas, como as de Francisco Barbuda e outra de Cristóvão de Aguiar. Nas proximidades da Ribeira de Aratu, estava o Engenho Cotegipe, de propriedade de Sebastião da Ponte, vizinho a este, em Matoim, o Engenho Freguesia, de propriedade de Sebastião Faria. O funcionamento desses engenhos permitiu o aumento das rendas, quase inexistentes nos governos anteriores, e que, em 1570, já superior a 6\$000 por ano.

Essa expansão também era devida às medidas adotadas por Mem de Sá para melhorar o funcionamento da máquina administrativa e os investimentos feitos na construção de embarcações adequadas para o transporte dos produtos gerados nessas áreas. Dessa forma, o comércio foi fortalecido e o fluxo de moedas aumentou na capitania.

O clima de prosperidade refletiu-se na estrutura da cidade, já que desde a administração de Tomé de Sousa, foram feitas melhorias, como por exemplo, as instalações das Casas da Fazenda e Alfândegas, os Armazéns e as ferrarias, localizadas no porto. Nos armazéns, ficavam expostos para venda cana, farinha, algodão, utensílios, ferramentas, armamentos e outras mercadorias. Ali também eram alojados soldados, degredados e trabalhadores das obras da cidade.

¹¹² Carta de Pe. Manuel da Nóbrega ao Pe. Luis da Grã em 27/12/1553, in Pe. Serafim LEITE S.J., *Novas Cartas Jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)*, São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre, Edição da Companhia Editora Nacional, Série 5ª, vol.194, 1940, p. 161.

¹¹³ Carta de Pe. Manuel da Nóbrega ao Pe. Luis da Grã em 27/12/1553, in Pe. Serafim LEITE S.J., *Novas Cartas...* cit., p. 162.

¹¹⁴ Gabriel Soares SOUSA, *Tratado descritivo do Brasil...* cit.

¹¹⁵ Pe. Manuel NÓBREGA, Carta ao Dr. Navarro, in Pe. Serafim LEITE S.J., *Novas Cartas...* cit., p. 98.

¹¹⁶ Gabriel Soares SOUSA, *Tratado descritivo do Brasil...* cit., p. 72.

¹¹⁷ Provisão dos Vigários da Vila Velha e da Fazenda de Torres, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVI, p.165.

¹¹⁸ Traslado de um Alvará passado por el-Rei, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXV, pp. 323-324.

Na Ribeira das Naus fortaleceu-se o centro de construções e reparos navais e outros núcleos semelhantes surgiram no Rio Vermelho e em Itaparica. Explica-se tal expansão não só pelas condições adequadas desse espaço para o exercício das atividades, como também pela crescente demanda de navios que velejavam com destino a Salvador em busca de alimentos e água fresca, querenamento¹¹⁹ e produtos para comercializar.

No fim do século XVI, a cidade se espalhava para além dos muros. Fora destes, além dos colonos que viviam em suas roças, fazendas e engenhos, destacava-se a Casa de Repouso dos Jesuítas, conhecida como Quinta do Tanque¹²⁰, e construída nas terras abandonadas pelos indígenas do antigo aldeamento de São Paulo. Essa propriedade era, na verdade, uma fazenda com roças, curral para gado, jardins com um tanque de água ao centro, uma ermida e casas usadas pelos padres para descansar, convalescer de doenças e hospedar os governadores que desejassem se refugiar de suas fainas no perímetro da cidade.

O núcleo central da cidade expandia-se na direção sul. Próximo à Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, surgiu uma rua povoada pelos mercadores, outra abrigava lojas de comércio e uma terceira era ocupada pelos moradores mais abastados. Uma nova praça – a do Terreiro de Jesus – foi aberta para além dos muros originais, na direção norte, em frente do Colégio dos Jesuítas e nas proximidades da Igreja da Sé.

Com a cidade dividida entre dois planos - alto e baixo -, os moradores construíram ligações por caminhos em rampa¹²¹ ou ladeiras¹²², duas escadarias e guindaste administrado pelos padres jesuítas por onde eram transportadas mercadorias de propriedade da Ordem e de particulares que pagavam pela prestação dos serviços.

Uma das expressões dessa expansão foi o aumento do número de igrejas existentes na soterópoles. Além da Capela de Nossa Senhora da Ajuda, da igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia, do Colégio dos Jesuítas, foram construídas a pequena ermida de São Pedro, em 1554¹²³, erguida no caminho para a Vila Velha; a igreja da Misericórdia em 1555, próxima à Praça do Palácio e ao lado da Sé¹²⁴, a de Nossa Senhora das Graças, em 1557; a de Santo Antônio da Barra entre 1560 e 1562, a capela do Desterro em 1560, localizada na parte leste da cidade e reedificada em 1567 por Mem de Sá, para que a cidade crescesse em sua direção, pois havia poucas residências no local¹²⁵. Porém, a edificação religiosa que melhor simbolizava a importância de Salvador no contexto colonial era, sem dúvida, a Igreja da Sé, cuja construção foi iniciada em 1552¹²⁶ e marcava a presença definitiva da Igreja Católica na América Portuguesa.

As igrejas e conventos das várias Ordens Religiosas pareciam verdadeiras fortificações e surgiam tanto para o norte – Convento dos Padres Carmelitas e Igreja de Nossa Senhora do Carmo em 1585 - quanto para o sul – Mosteiro e Igreja de São Bento em 1587 - e a oeste – Igreja e Convento de São Francisco em 1587.

Apesar da expansão e das melhorias, as condições sanitárias, no entanto, não acompanhavam as conquistas. As ruas ainda eram estreitas, mal calçadas e sujas, os dejetos eram espalhados por toda sua extensão ou eram transportados, pelos índios e demais funcionários encarregados dessa função, em tonéis e jogados no Rio que depois se chamou “das Tripas.” Os trabalhos de higiene limitavam-se à limpeza intra e extra muros da cidade denunciando que a infra-estrutura de Salvador, nesse quesito, continuava rudimentar ocasionando em graves doenças e freqüentes epidemias.

Um dos grandes vetores das doenças advinha da constante circulação de pessoas embarcadas nas várias esquadras que aportavam em Salvador. Grande parte dessas pessoas -

¹¹⁹ José Roberto do Amaral LAPA, *A Bahia e a Carreira...* cit., p.24

¹²⁰ Sede atual Arquivo Público da Bahia

¹²¹ Hoje conhecida como a ladeira do Pau da Bandeira e que permitia a ligação entre a parte alta e o porto e a Ribeira das Naus. Um dos seus trechos possuía a forma de rampa e outra a de escadaria, o que a tornava a melhor opção para os deslocamentos, principalmente no período de chuvas.

¹²² Hoje conhecidas como Ladeira da Conceição da Praia e da Misericórdia.

¹²³ Acredita-se que a localização original dessa ermida fosse na área atualmente conhecido como Relógio de São Pedro

¹²⁴ Nos anos de 1550 existia somente o Hospital, conhecido como Hospital do Salvador ou de Nossa Senhora das Candeias e, depois, por Hospital da Santa Casa da Misericórdia. A igreja foi reconstruída a partir de 1567 em pedra e cal

¹²⁵ Porém, a igreja que serve de convento até aos dias de hoje só foi iniciada em 1627 com a ajuda de fiéis. Sebastião da Rocha PITA, *História da América portuguesa desde o ano de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte quatro*, Lisboa, 1976, p. 185.

¹²⁶ Foi reconstruída em pedra em 1559 com sua fachada voltada para a baía de Todos os Santos.

marinheiros, soldados, degredados, religiosos, comerciantes – chegavam doentes ¹²⁷ devido às péssimas condições de higiene reinantes nas embarcações, à má qualidade e carência de alimentos ¹²⁸, à falta de medicamentos adequados e às rústicas técnicas de tratamento médico, geralmente praticadas por cirurgiões barbeiros que sangravam, amputavam, aplicavam ventosas e operavam, como descreve o documento abaixo citado pelo capitão da Nau Nossa Senhora da Conceição,

cuja tripulação dizimada por enfermidades, foi atendida em substituição ao médico de bordo, também doente, por cirurgião degredado que embora achacadiço ¹²⁹, com erisipela no rosto e no pescoço, teve forças para sangrar, deitar ventosas e proceder a sarjações. Essa nau chegou a Bahia sem remédios e falta de recursos, não tendo nem camas suficientes para a tripulação enferma” ¹³⁰.

A chegada desses doentes representava considerável ônus para os habitantes da fortaleza que teriam de cuidar da acomodação, sustento e medicação para os enfermos. Como afirma Lapa ¹³¹, mais incerta que a vida no mar, tornou-se a existência em terra, pois todos os dias chegavam a Salvador “um tal número de doentes e com tantos claros na tripulação, que muitas vezes lhes era impossível prosseguir viagem para o Oriente, retornando então para o Reino, após o necessário tempo de reaparelhamento, aguada e reabastecimento.”

Também as condições higiênicas da cidade não eram as mais adequadas. Além do constante contágio com os que chegavam pelo mar trazendo doenças de várias partes do mundo. Segundo Lapa ¹³², os religiosos e militares de alta patente que chegavam enfermos eram acomodados em residências de particulares ou com os jesuítas. Já as demais camadas da tripulação, como os soldados, degredados e outros pobres, eram atendidos no porto e ali recebiam medicação para que pudessem seguir viagem logo que possível.

Porém, o que era oferecido estava muito aquém das numerosas necessidades, pois eram muitas as dificuldades locais e os recursos destinados à saúde eram poucos. A própria cidade também não pode ser definida como preocupada em criar e manter ambientes limpos e não contaminados. A limpeza das casas era precária, a higiene pessoal quase não existia, os dejetos e o lixo eram jogados no Rio das Tripas. Como consequência da falta de escoamento de água e esgoto, as residências particulares transformaram-se em uma grande ameaça a todos.

Os medicamentos necessários à cura das várias enfermidades trazidas por marinheiros e colonizadores não existiam em quantidade suficiente, quando não estavam em falta. Agravando o quadro, a população não possuía moedas para a aquisição dos remédios. Uma das alternativas de tratamento eram os chás, benzeduras, rezas e orações dos tupinambás que viviam em Salvador, embora eles mesmos fossem as grandes vítimas das doenças infecto-contagiosas, como o sarampo e a varíola, trazidas pelos colonizadores e para as quais não possuíam anticorpos.

A taxa de mortalidade entre os indígenas era elevadíssima, despovoando aldeias e aldeamentos e levando a crise às propriedades que dependiam da mão-de-obra dos tupinambás. Muitos dos sobreviventes fugiram para as matas, espalhando as doenças em grupos ainda não contactados e criando o clima propício para o surgimento de movimentos messiânicos de caráter

¹²⁷ As doenças mais comuns era o escorbuto, provocada pela falta de vitamina C no organismo, o que causa o apodrecimento das gengivas e uma constante hemorragia; ferimentos e a infecção do local e doenças respiratórias.

¹²⁸ Devido ao clima quente que atravessavam, sobretudo na zona equatorial, os alimentos deterioravam-se freqüentemente e a água, por estar armazenada em barris, com o tempo, acumulava sujeira, adquiriam mau cheiro, podendo causar diarreias. Os paióis de alimentos eram submetidos a uma rigorosa vigilância contra roubos. Somente o capitão e um despenseiro possuíam as chaves. A alimentação era muito deficiente e constituída apenas por água, vinho, que não se devia beber muito por causa dos calores, biscoito, carne salgada ou defumada e peixe salgado. Para temperar utilizava-se azeite e vinagre. Eduardo BUENO, *Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores*, Rio de Janeiro, Objetiva, 1999.p 40-42.

¹²⁹ doentio, enfermo

¹³⁰ AHU, Bahia, P.a.c., Ms. 1.743, in José Roberto do Amaral LAPA, *A Bahia e a Carreira...* cit., p. 190.

¹³¹ José Roberto do Amaral LAPA, *A Bahia e a Carreira...* cit., p. 207.

¹³² Idem, *Ibidem*, p. 209.

milenarista, conhecidos como Santidades e uma das razões para a vinda do Santo Ofício à Capitania da Bahia no fim do século XVI ¹³³.

Em uma de suas cartas, o Padre Leonardo do Valle relatou como muitos índios morreram entre 1560 e 1563 e afirmou que a quantidade dos falecidos era tanta que não havia como enterra-los. Por isso, os corpos eram amontoados em um determinado local, porém o odor que exalavam incomodava a todos. Segundo os cálculos, teriam morrido trinta mil índios no litoral da capitania da Bahia num período de dois ou três meses ¹³⁴.

Esse quadro de doenças nos aldeamentos jesuítcos agravava-se com o passar do tempo. Nesses espaços, as condições de higiene também eram precárias e agravadas pela imposição de determinadas normas como o sedentarismo forçado e o uso de roupas. Também a prática de reunir em um aldeamento os remanescentes de vários outros extintos ampliou a possibilidade de contágio, de desestruturar em caráter definitivo sua organização social, de inviabilizar qualquer forma de resistência mais significativa e desorganizar seu sistema produtivo levando-os à fome e à decisão de se venderem como escravos na tentativa de encontrarem uma forma de sobreviver.

É preciso considerar que também os europeus enfrentaram dificuldades em lidar com doenças tipicamente tropicais que desconheciam e para as quais não conheciam medicação adequada. Já os africanos, por terem vivenciado anteriormente sua fase de contágio com as doenças infecto contagiosas de origem européia e estarem aclimatados aos trópicos, não teriam sofrido o mesmo impacto vivido pelos dois grupos. Pode-se mesmo afirmar que o principal fator da alta taxa de mortalidade entre eles era as condições sociais vivenciadas como escravos.

No final do século XVI, o descaso da Coroa Portuguesa com o problema de saúde e as péssimas condições de higiene na cidade do Salvador contribuíram para o agravamento do quadro. Até mesmo nas poucas estratégias utilizadas para acabar com os problemas concernentes a saúde mostraram-se falhas. Procurando solucionar o problema, foram repassados recursos para que o hospital de Nossa Senhora das Candeias ou Hospital da Cidade do Salvador fosse reequipado. Este era um estabelecimento particular fundado nos primeiros anos após a construção da cidade e destinado a atender “aos doentes de terra e mar” ¹³⁵. Era, no entanto, um hospital pequeno, pouco arejado e carente de material básico para o atendimento aos doentes, como roupas de cama, colchões, aparelhos cirúrgicos e medicamentos e que, por ter sido planejado para atender às necessidades dos moradores locais, não conseguia fazer frente a tantos doentes chegados incessantemente pelo mar e dos aldeamentos indígenas.

Os inúmeros vereadores e fidalgos que exerceram o cargo de Provedor da Saúde fizeram construir lazaretos no porto destinados aos tripulantes sujeitos a quarentena. Estes estabelecimentos de instalações precárias não conseguiam suprir as necessidades. A falta de pessoas qualificadas e os medicamentos elementares que eram dados aos pacientes pouco ajudavam, principalmente porque a demanda era crescente e imprevisível, o que fez Lapa ¹³⁶ afirmar que “enquanto durou a Carreira da Índia, Salvador serviu-lhe de vasto hospital.”

A Companhia da Carreira da Índia absorveu muito dos homens sadios que viviam em Salvador em substituição aos membros da tripulação que continuavam enfermos ou haviam morrido ¹³⁷. Os homens fortes e sadios que seguiam viagem quando não pagavam com a vida, acabavam inúteis pelos aleijões em decorrência das amputações realizadas. Essa realidade refletia-se na qualidade do sistema de defesa da cidade, pois ao quadro de poucos homens qualificados somava-se a perda dos homens sadios para a Carreira das Índias e sua substituição pelos doentes, inválidos e aleijados deixados em Salvador.

As doenças foram, portanto, uma das razões para o insucesso relativo do projeto real de se construir uma cidade fortaleza inexpugnável nas terras de além-mar. O estado lastimável em que ancoravam as embarcações e a situação precária em termos de salubridade em que se encontrava a fortaleza com suas ruas estreitas, sujas e com esgotos a céu aberto nos quais eram jogados todos os tipos de dejetos, deixavam uma brecha para que as epidemias tomassem conta da população, vítima de um inimigo oculto - a morte.

¹³³ Ronaldo VAINFAS, *A heresia dos índios - catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*, São Paulo, Cia. das Letras, 1995, p. 275.

¹³⁴ Carta para o Padre Gonçalo Vaz, Provincial da Companhia de Jesus de Portugal, Bahia, 12/05/1563, in *Cartas Avulsas – Aspilcueta Navarro e Outros*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1988, pp. 404-418.

¹³⁵ José Roberto do Amaral LAPA, *A Bahia e a Carreira...* cit., p. 211.

¹³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 207.

¹³⁷ Idem, *Ibidem*, p. 189.

Os moradores de Salvador aglomeravam-se em um ambiente pestífero de precárias condições de higiene no qual pulgas, percevejos, piolhos e muitos mortos tornavam a vida na cidade quase insuportável. Como consequência das constantes epidemias, vivia-se em clima de desagregação civil e de desarticulação militar. Embora os que vivessem em suas fazendas e engenhos no Recôncavo fossem poupados dessas péssimas condições de salubridade.

Esse foi o preço pago pela população por ter na sua cidade o principal porto de escala da Carreira da Índia. Apesar disso, a cidade cresceu, prosperou e sua população aumentou e enriqueceu e foi capaz de encontrar estratégias que lhes permitiram sobreviver e suprir suas necessidades e, mesmo mal alimentada e mal paga, construiu as bases do Império Português na América.

Referência

FONTES

- ACCIOLI, I e AMARAL, B., *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, vol. I, Salvador-Bahia, Imprensa Oficial, 1919-1940.
- A.H.U Bahia, P.a.c., Ms. 1.743.
- AHU, Bahia, P.a.c., Ms. 1.743, in LAPA, José Roberto do Amaral, *A Bahia e a Carreira...* cit., p. 190.
- ANAIIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, vol. 27, Belo Horizonte, Itatiaia, 1982.
- ANCHIETA, [Pe.] José de, *Cartas, Informações, Fragmentos históricos e Sermões. Cartas Jesuíticas III*, Coleção Reconquista do Brasil 2 Série, vol.149, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, Civilização Brasileira, 1933.
- APEB, *Translado dos Documentos Relativos à História da Bahia – 1534/1590*, APEB, Maço, 626/12.
- Carta para o Padre Gonçalo Vaz, Provincial da Companhia de Jesus de Portugal, Bahia, 12/05/1563, in *Cartas Avulsas – Aspilcueta Navarro e Outros*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1988.
- Cartas do governador Mem de Sá, in *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXVII, p. 133.
- Testamento de Mem de Sá, pp. 57, 96 a 101, in PINHO, Wanderley, *História de um Engenho do Recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia 1552-1944*, São Paulo, Editora Nacional, 1982.
- Carta de 9 de agosto de 1549 do Padre Manuel da Nóbrega para o Padre Mestre Simão Rodrigues in NÓBREGA, op. cit. p.79/80.
- Carta de 9 de agosto de 1549 do Padre Manuel da Nóbrega para o Padre Mestre Simão Rodrigues In NÓBREGA, op. cit. p.85
- Cartas do governador Mem de Sá. In *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Officina Typografica da Biblioteca Nacional. v. XXVII. Rio de Janeiro, 1905. p. 131.
- Carta enviada padre Mestre Simão. NÓBREGA, *Cartas Jesuíticas...* cit., p. 84.
- Carta enviada a padre Mestre Simão, NÓBREGA in LEITE, Serafim [Pe]. S.J., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1965, vol. 1, pp.67-68.
- Carta de confirmação de terra a Afonso de Torres, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional...* cit., vol. XXXVI, p. 418.
- Carta de Pe. Manuel da Nóbrega ao Pe. Luis da Grã em 27/12/1553, in LEITE, Serafim, *Novas Cartas Jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)*. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre, Edição da Companhia Editora Nacional, Série 5ª, vol. 194, 1940, p. 161.
- Carta de Pe. Manuel da Nóbrega ao Pe. Luis da Grã em 27/12/1553, in LEITE, Serafim, *Novas Cartas...* cit., p. 162.
- CARDIM, Fernão [Jesuíta], *A Narrativa Epistolar e o Tratado da Terra e da Gente do Brasil*, Obra iniciada em 1583.
- GÂNDAVO, Pero Magalhães de, *O Tratado da Terra do Brasil e a História da Província de Santa Cruz*, 1576.
- LÉRY, Jean de, *Viagem à Terra do Brasil [1580]*, Biblioteca Histórica Brasileira, Livraria Martins, 1972.
- LEITE, Serafim [Pe]. S.J., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1965.
- NÓBREGA, Manuel da, *Cartas Jesuíticas Cartas do Brasil – 1549-1560*, Rio de Janeiro, Biblioteca de Cultura Nacional, Academia Brasileira, 1931.
- REGIMENTO dado a Tomé de Sousa, 1º. Governador-geral do Brasil, por D. João III, em dezembro 1548, in ACCIOLI, I. AMARAL, B., *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*, Salvador, Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1919, vol. I.

- SALVADOR, Vicente [Frei], *História do Brasil - 1500-1627*, Edição revista por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Wileke, Belo Horizonte, Itatiaia, 1982.
- SOUSA, Gabriel Soares, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971.
- _____, *Notícia do Brasil*, São Paulo, Martins Fontes, 1943.
- STADEN, Hans, *Viagem ao Brasil*, São Paulo, Publicação da Sociedade Hans Staden, 1942.
- _____, *Duas viagens ao Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1988.
- VARNHAGEN, F. A., *História geral do Brasil*, Notas de Rodolfo Garcia, São Paulo, Melhoramentos/INL/MEC, 1975.

Anais da Biblioteca Nacional

Arquivo Público do Estado da Bahia

Documentos Históricos da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, Registro de Mandados e Provisões Reaes, Rio de Janeiro, 1937.

Bibliografias

- ABREU, J. Capistrano de, *Capítulos de história colonial. (1500-1800)*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1988.
- ACCIOLI, I e AMARAL, B., *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, vol. I, Salvador – Bahia, Imprensa Oficial, 1919- 1940.
- AZEVEDO, Pedro Codolino F. de, *História Militar*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1950-1952.
- AZEVEDO, Thales de, *O Povoamento da Cidade do Salvador*, Salvador, Editora Itapoã, Coleção Baiana, 1969.
- BRICHE, Mr. Bahiense, *Manual do engenheiro ou elementos de geometria prática de fortificações de campanha*, ed. n.º 2, Salvador, Ed. Brasil, Topografia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1812.
- BUENO, Eduardo, *Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores*, Rio de Janeiro, Objetiva, 1999.
- CALMON, Pedro, *História da Casa da Torre: Uma Dinastia de Pioneiros*, Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.
- CALDAS, José Antônio, *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o Descobrimento*, ed. Fac. Similar, Salvador, Beneditina, 1951.
- CAMPOS, J. da Silva, *Fortificações da Bahia*, Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, n.º 7, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1940.
- CARNEIRO, Edson, *A Cidade do Salvador 1549: Uma Reconstituição Histórica; A conquista da Amazônia*, 2ª ed., Rio de Janeiro/Brasília, Civilização Brasileira, 1984.
- COUTO, Jorge, *A construção do Brasil: Ameríndios, Portugueses, e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*, Edições Cosmos, Lisboa, 1995.
- CUNHA, Manuela Carneiro da [ORG.], *História dos Índios do Brasil*, São Paulo, FAPESP/SMC/ Companhia das Letras, 1992.
- DIAS, Carlos Malheiro (dir.), *História da colonização portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1921.
- FERNANDES, Florestan, *Organização Social dos Tupinambá*, São Paulo, Instituto Progresso Editorial, S.A., 1948.
- _____, *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*, 2ª ed., Livraria Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1970.
- FONSECA, Fernando Luís da, *Arquitetura Militar da Cidade do Salvador*, Tese (Prof. Titular em Arquitetura), FAUFBA. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1971.
- FRÉDERIC, Mauro, *Portugal, o Brasil e o Atlântico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1989.
- EDELWEISS, Frederico, *Nossa Senha da Conceição da Praia a primeira Igreja da Cidade do Salvador e o âmbito primitivo de sua freguesia. O Bi-centenário e um Monumento Baiano*, Coleção Conceição da Praia, Salvador, Ed Beneditina, 1971.
- JABOATÃO, Frei Antônio de S. Maria, *Catalogo genealógico das principais famílias que procederam de Albuquerque e Cavalcante em Pernambuco e Caramurus na Bahia*, Salvador, Imprensa Oficial, 1950.
- LAPA, José Roberto do Amaral, *A Bahia e a Carreira da Índia*, Ed. fac-similada, São Paulo, Hucitec, Unicamp, 2000.

- MARIANI, José B. de A., «Povoamento da Bahia: século XVI», in *Revista do Centro de Estudos Baianos*, Salvador, s/ed., 1971.
- MONTEIRO, John Manuel, *Negros da terra*, São Paulo, Cia. das Letras, 1995.
- MOREIRA, R., *Portugal no Mundo: História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Editora Alfa, 1980.
- MR. BRICHE, *Manual do Engenheiro, ou Elementos de Geometria pratica; de fortificações de campanha. Acompanhados de algumas noções sobre outros objectos militares*, 2ª ed., Bahia, Typg. De Manoel Antonio da Silva Serva, 1812.
- NEIVA, Artur, «Diogo Álvares Caramuru e os franceses. Existência do Pau-Brasil na capitania de Francisco Pereira Coutinho. (um livro em preparação)», in *Revista Brasileira* (publicada pela Academia Brasileira de Letras), número 03, Dezembro, ano 1, pp. 185-210, Rio de Janeiro, 1941.
- EUHOF, Joan, *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, São Paulo, Martins, s/d.
- NORDENSKIÖLD, Erland, *Paliçadas e Gases Asfixiantes entre os indígenas da América do Sul*, Tradução do Prof. Protásio de Melo, Introdução e Notas do Prof. Luis da Câmara Cascudo, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército-Editora, Coleção Taunay, 1961.
- PARAISO, M H B., *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*, Tese (Doutorado em História Social para obtenção do título de Doutor em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- _____ «A visão indígena e portuguesa na descoberta do Brasil – a formação da primeira família brasileira», in *Revista da Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória da Bahia*, EGBa, ano V, n.º 5, Salvador, 2000.
- _____ «Aldeamentos de Salvador no século XVI: Um primeiro esboço», in *Revista da Bahia*, Salvador, Empresa Gráfica da Bahia, n.º 18, pp. 39-48, 1990.
- _____ «Os esquecidos de Salvador: índios e negros na cidade-fortaleza e a conquista das terras das aldeias do seu entorno», in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, vol. 98 (jan-dez), 2003, IGHB, Salvador, 2004, pp. 129-138.
- PAULA, Regina Cunha Rodrigues Simões de, *O presidio de Santa Leopoldina do Araguaia e a sua importância em termos de colonização*, Tese de doutoramento apresentada ao departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972.
- PINHO, Wanderley, *História de um Engenho do Recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia 1552-1944*, São Paulo, Editora Nacional, 1982.
- RIBEIRO, Darcy; NETO, Carlos de Araujo Moreira, *A fundação do Brasil: Testemunhos 1500-1700*, Petrópolis, Vozes, 2ª edição, 1993.
- RIBEIRO, Darcy, *O povo Brasileiro: evolução e sentido do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- RUSSEL-WOOD. J., *Um mundo em movimento: Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, Difel, 1988.
- SAMPAIO, Theodoro, *História Sobre a Fundação da cidade do Salvador*, Bahia, Tipografia Beneditina, 1949.
- SANTANA, Pedro Abelardo de, *Da Bahia a Pernambuco no século 16: Viagens Entre dois Pólos da Colonização do Brasil*, Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, Serviço Social do Comércio, 2003.
- SILVEIRA, Luis da, *Ensaio Iconografico das Cidades Portuguesas de Além-mar*, Lisboa, Ministério do Ultramar, s.d. v.I. CEAB/ UFBA.
- SILVA, Alberto, *Um Documento Inédito sobre Fortificações da Cidade do Salvador*, Salvador, Bahia, Centro de Estudos Baianos, publicação n.º 12, 14 de março de 1952.
- SCHWARTZ, Stuart, *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo, Cia. das Letras, 1988.
- TAVARES, Luís Henrique Dias, *História da Bahia*, Salvador, Centro Editorial da UFBA, 1974.
- THEVET André, *As singularidades da França Antártica*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1978.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida, *Salvador: transformações e permanências*, Ilhéus-Ba, Editus, 2002.
- VALLA, Margarida; TEIXEIRA, Manuel C., *O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII*, Livros Horizonte, 1999.
- VAINFAS, Ronaldo, *Dicionário do Brasil Colonial: 1500-1808*, Rio de Janeiro, 2000.
- _____ *A heresia dos índios - catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*, São Paulo, Cia. das Letras, 1995.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*, Tomo 2, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1962, p. 304.
- VERGER, Pierre, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos Séculos XVII a XIX*, São Paulo, Corrupio, 1987.
- VILHENA, Luís dos Santos, *A Bahia no Século XVIII*, Notas de Braz do Amaral, Salvador, Editora Itapuã, Coleção Baiana, vol. I, 1969.